



**Relatório Anual
Societário e
Regulatório 2019**

Porto Ferreira (SP), Abril de 2020

Índice

1 - Relatório da Administração Societário	2
2 - Balanço Patrimonial Societário	19
3 - Demonstração do Resultado do Exercício	23
4 - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.....	28
5 - Fluxo de Caixa.....	31
6 - Notas Explicativas Societárias	34
7 - Parecer do Conselho Fiscal	73
8 - Parecer dos Auditores Independentes.....	75
9 - Relatório da Administra�o Regulatório.....	79
10-Balanço Patrimonial Regulatório.....	97
11-Demonstra�o do Resultado do Exercício Regulatória.....	101
12-Demonstra�o da Muta�o do Patrimônio Líquido Regulatória	106
13-Demonstra�o do Fluxo de Caixa Regulatório.....	109
14 - Notas Explicativas Regulatórias.....	112
15 - Notas Conciliatórias Societária X Regulatória	153
16 - Parecer do Conselho Fiscal	163
17 - Parecer dos Auditores Independentes Regulatório.....	165

1 - Relatório da Administração Societário

1 Relatório da Administração Societário

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERVAM - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

A Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi – CERVAM – foi criada no dia 5 de abril de 1964 por um grupo de produtores rurais de quatro municípios: Porto Ferreira, Santa Rita do Passa Quatro, Pirassununga e Santa Cruz das Palmeiras.

Posteriormente, a cooperativa atendeu os municípios de Descalvado e Aguai. O grupo que participou da criação da CERVAM acreditou que seria possível levar energia elétrica até a zona rural desses municípios. Naquela época, a falta de estrutura de distribuição de energia em propriedades rurais desses seis municípios e o desinteresse por parte das concessionárias paulistas em fazer chegar a luz elétrica ao homem do campo fizeram com que surgisse a CERVAM.

Aquele grupo de idealistas formado por produtores rurais da região passaram a discutir o problema. Os encontros eram realizados na Casa da Lavoura, em Porto Ferreira. O objetivo era atender uma demanda que existia, mas que não era suprida pelo mercado de infraestrutura.

A Assembleia de Constituição da CERVAM foi presidida pelo Engenheiro Agrônomo Dr. Francisco Novielo. Naquele dia 5 de abril registraram sua participação 105 cooperados fundadores.

O primeiro presidente foi João Michelin Filho. Nas décadas seguintes após sua fundação, a cooperativa teve nove presidentes: Mário Avezani (eleito em 6 de março de 1966), Brasil Paulista da Silva Prado (31 de março de 1968), Eduardo Padovani (15 de março de 1970), Sydney Malheiros Fares (25 de março de 1973), Paulo Francisco Calovi (4 de abril de 1976), Roberto Barione (eleito em janeiro de 1982) e Francisco Michelin Filho (21 de março de 1982). Desde 7 de outubro de 1992 a CERVAM é presidida por Henrique Ribaldo Filho.

A nomenclatura da cooperativa também mudou, ao longo desses 50 anos de existência. Criada como Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Mogi, e adotou o “limitada” em 1997 mudando seu nome para Cooperativa de Energização e de Desenvolvimento Rural do Vale do Mogi Ltda, sendo que no ano seguinte foi excluída a expressão “Ltda”. Em 2007, houve uma nova modificação por imposição da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) foi retirada a palavra “Rural” ficando a sua razão social da seguinte forma: Cooperativa de Energização e de Desenvolvimento do Vale do Mogi.

Desde seu início, a CERVAM atendeu a zona rural, mas com o crescimento dos municípios, algumas delas passaram a fazer parte do perímetro urbano, e se transformaram em loteamentos.

Além disso, a CERVAM atende também diversas indústrias e clientes de grande porte e consumidores com sistema de irrigação, consagrando-se com uma das cooperativas mais confiáveis de fornecimento de energia elétrica do Estado de São Paulo, com perdas técnicas abaixo das grandes concessionárias.

O ano de 2018 constituiu marco histórico de funcionamento efetivo da Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi – CERVAM com a assinatura do contrato de permissão em 20 novembro de 2018.

No ano de 2019, esta Permissionária encontra-se no primeiro ano de funcionamento como empresa regulamentada, o que conseqüentemente exige-se cada vez mais aperfeiçoamento e qualificação de pessoal, participando de diversos treinamentos e grupos de estudos, com o fim de manter-se atualizada frente as possíveis mudanças ocorridas no setor elétrico.

Em 30 de setembro de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

Há que se destacar que o ano de 2019, a Permissionária continuou a sentir os efeitos positivos trazidos pela Resolução Homologatória nº 2.493 de 11 de dezembro de 2018 que foi o reconhecimento por parte do Poder Concedente de que as Cooperativas atendem um mercado muito rarefeito e disperso, levando energia principalmente à área rural, o que torna seu mercado pouco competitivo, dessa forma, a citada Resolução trouxe em seu bojo o dispositivo em que o governo, via CDE, compensaria esse mercado de baixa densidade da permissionária deixando de impactar o consumidor com tarifas mais elevadas.

Esta resolução trouxe benefícios imediatos à CERVAM, proporcionando um melhor equilíbrio financeiro.

Em nosso sistema elétrico continuamos com inúmeras obras de melhoria como recondutoramento e construção de novas redes para atendimento aos novos pedidos de demanda, além de realizar diversos desligamentos programados para manutenções preventivas.

Importante frisar, também, que em nossa nota explicativa referente a efeitos subsequentes, registramos a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19) que, além de novamente desacelerar a retomada do crescimento, ceifará vidas importantes de nosso sofrido Brasil. Deixamos aqui registrado nosso desejo de que em breve haja imunidade em nosso povo para que a doença seja vencida.

Assim sendo, destacamos que o presente relatório de administração societário e regulatório objetiva, além de cumprir tempestivamente as obrigações setoriais, busca informar com qualidade, clareza e transparência sobre os acontecimentos e resultados do ano de 2019.

O ano de 2019, a exemplo de anos anteriores, trouxe consigo os desafios próprios do setor, porém, são desafios que reforçam a idéia de que precisamos continuar em frente, almejando sempre oferecer energia de qualidade ao nosso cooperado e consumidores e sempre gratos a Deus pelas bênçãos recebidas.

Henrique Ribaldo Filho

Carta do Contabilista

Na qualidade de Contabilista responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERVAM – Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2019, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

A CERVAM, a exemplo de exercícios anteriores, primou, neste exercício, por detalhes claros e transparentes, abrindo as contas sintéticas exigidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em contas analíticas divididas por assunto, apresentando de forma clara seu resultado e valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público bem como trazendo a informação gerada, de forma clara, o que permite aos dirigentes tomar as decisões mais certeiras.

O resultado da Prestação de Contas referente a este exercício será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL, têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análises dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional.

Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizado foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal tem implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, EFD-REINF e EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos, também, têm sido enviados dentro do prazo concedido.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos senhores Cooperados que a seguir, constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições necessárias à V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Mario Lopes Junior
Contabilista
CRC – 1SP 173207/O-8

Cenário

A CERVAM - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi atua no segmento de distribuição de energia elétrica e fornece energia na região dos Municípios de Porto Ferreira, Santa Rita do Passa Quatro, Pirassununga, Santa Cruz das Palmeiras, Descalvado e Aguai.

A CERVAM concluiu o processo da certificação dos índices de qualidade de energia através do sistema de certificação NBR ISO 9001:2015 em novembro de 2019, sendo outorgada a esta permissionária a certificação no mês de janeiro de 2020 como resultado dos Ciclos de Auditoria no período de novembro de 2019. A certificação outorgada está estruturada conforme a versão NBR ISO 9001:2015.

Esta Permissionária está certificada a partir do ano de 2020 sob o número de Registro de Certificado TNBR-25726 sendo valido até 08/01/2023.

Em nossa política de qualidade, buscamos sempre a melhoria através da capacitação dos nossos colaboradores através de Investimentos em Treinamentos Técnicos e Segurança e Medicina no Trabalho, visando a atender de forma adequada os nossos associados e consumidores e demais partes interessadas.

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 06 dos 645 municípios do Estado do São Paulo. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas no ano 79 novas ligações sendo 7 rurais, 68 residenciais, 3 Poderes Públicos e 1 Industrial, totalizando 4.051 consumidores atendidos pela Permissionária, número 1,99% superior ao de 2018.

Consumidores	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	2.791	2.970	3.260	3.358	3.426
Comercial	102	119	131	135	135
Industrial	33	35	39	37	38
Rural	611	588	409	425	432
Poderes Públicos	6	7	8	8	11
Iluminação Pública	6	4	4	3	3
Serviço Público	7	8	6	6	6
Total	3.556	3.731	3.857	3.972	4.051
Varição	4,10%	4,92%	3,38%	2,98%	1,99%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2019 foi de 31,08 GWh (27,21 GWh em 2018).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o rural e industrial. A classe rural representa uma fatia de 31,44% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 5,97% em relação ao ano de 2018. A classe

industrial representa 30,53% do segmento de mercado e apresentou decréscimo na ordem de 32,91% em relação ao ano de 2018. No meio rural, o desempenho deve-se, principalmente, à constante modernização do sistema agropecuarista em nossa região bem como ao processo de industrialização ocorrido no Município.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
Energia Faturada	26,09	23,44	24,40	27,21	31,08
Fornecimento	26,09	23,44	24,40	27,21	31,08
Residencial	4,69	4,85	5,94	6,16	6,29
Comercial	3,00	2,91	3,13	3,56	3,94
Industrial	10,26	6,88	6,56	7,14	9,49
Rural	7,17	7,78	7,77	9,22	9,77
Poderes Públicos	0,03	0,03	0,04	0,03	0,04
Iluminação Pública	0,73	0,78	0,78	0,77	0,76
Serviço Público	0,21	0,21	0,18	0,33	0,79
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	26,09	23,44	24,40	27,21	31,08
Variação	-24,12%	-10,16%	4,09%	11,52%	14,21%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou um aumento de 9,26% em 2018 para 2019.

Balanço Energético

Energia Requerida - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
Venda de Energia	25,96	23,19	26,74	28,81	33,19
- Fornecimento	25,96	23,19	26,74	28,81	33,19
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	25,96	23,19	26,74	28,81	33,19
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	2,76	2,38	2,59	1,87	2,35
Perdas Técnicas					
Perdas não Técnicas - PNT					
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,0%
Perdas Totais - PT	2,76	2,38	2,59	1,87	2,35

PT / Energia Requerida %

10,64%

10,26%

9,68%

6,48%

7,08%

Total

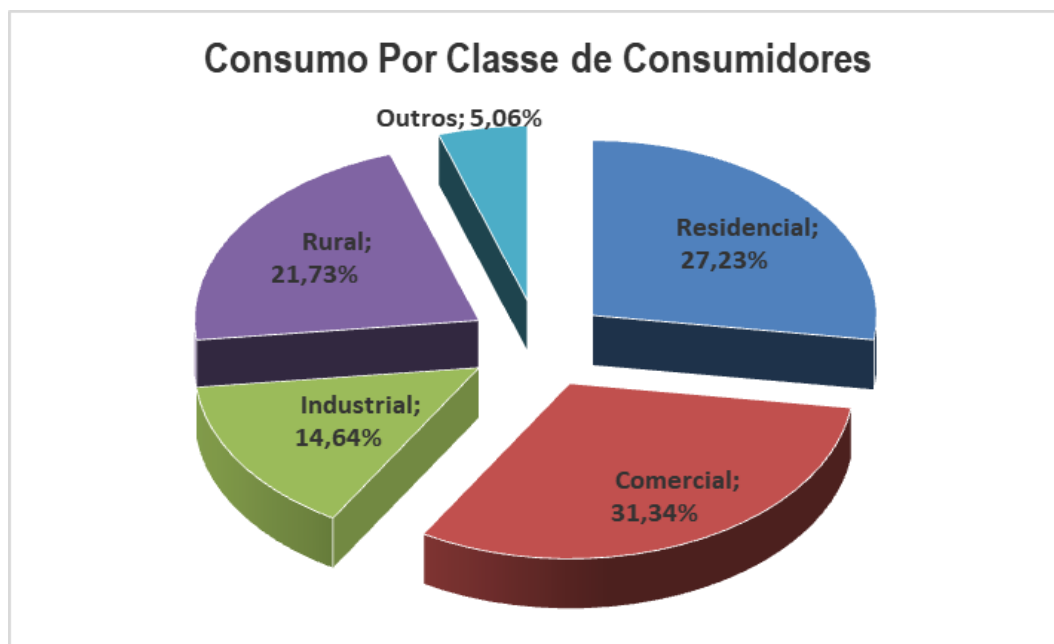
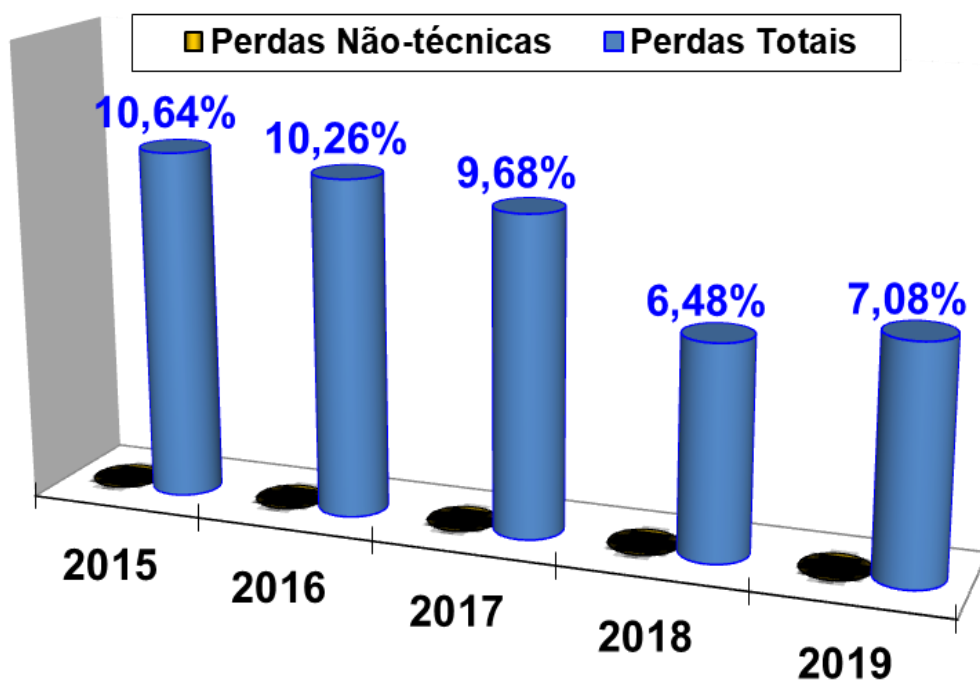
28,72

25,57

29,33

30,68

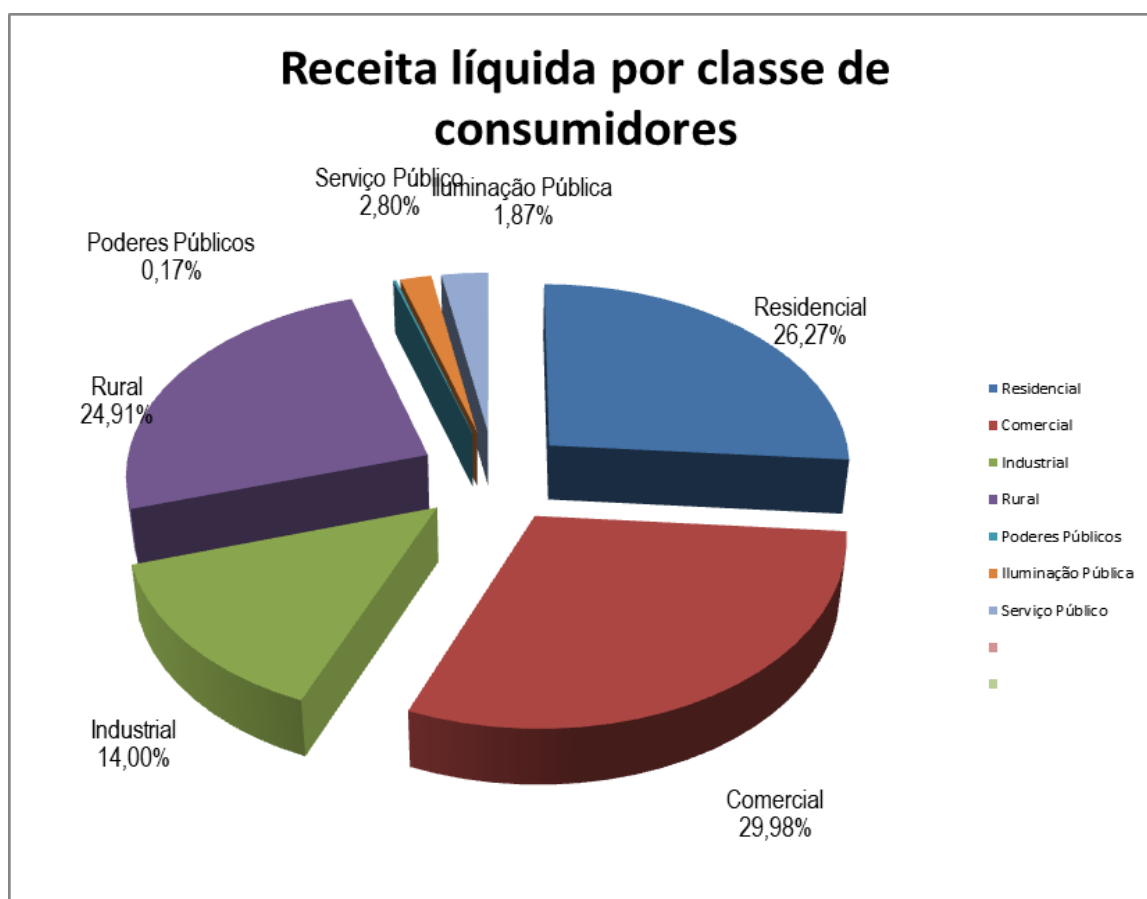
35,54



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 16.115,40 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2019	2018	%
Residencial	4.233,35	3.766,77	12,39%
Comercial	4.831,24	1.908,59	153,13%
Industrial	2.256,70	3.846,65	-41,33%
Rural	4.014,39	3.745,28	7,19%
Outros	779,72	506,42	173,08%
Poderes Públicos	28,04	21,30	31,64%
Iluminação Pública	300,95	297,54	1,15%
Serviço Público	450,73	187,58	140,29%
Total	16.115,40	13.773,71	17,00%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2019 apresentou um crescimento de 1,99 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2019	2018	Var %
Residencial	3.426	3.358	2,03%
Comercial	135	135	0,00%
Industrial	38	37	2,70%
Rural	432	425	1,65%
Outros	20	17	37,50%
Poderes Públicos	11	8	37,50%
Iluminação Pública	3	3	0,00%
Serviço Público	6	6	0,00%
Total	4.051	3.972	1,99%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2019, atingiu R\$ 667,26, com aumento de 5,67% com relação a dezembro de 2018 que era de R\$ 631,46, por meio da Resolução ANEEL no de 2.617 de 24 / 09 / 2019.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	667,26
Comercial	667,26
Industrial	667,26
Rural	507,13

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,21236	0,36403	0,54605	0,60672

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2015	19,40	12,32	20,11
2016	19,40	10,78	19,14
2017	15,42	8,86	17,48
2018	19,94	10,96	18,37
2019	12,23	8,42	20,21

Atendimento ao consumidor – Em harmonia com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Permissionária coloca à disposição dos seus consumidores, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial, e-mail ou telefone da empresa.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação no ano de 2019 foram:

- Aquisição de 03 microcomputadores, sendo 01 para engenharia, 01 para compras e 01 para a presidência;
- Aquisição de 02 microcomputadores portáteis, sendo 01 para a presidência e 01 para engenharia;
- Aquisição de servidor para utilização no sistema WEB da empresa que fornece o software de gerenciamento das operações da permissionária;
- Aquisição de licença de software comercial para envio de SMS.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2019, as sobras líquidas foram de R\$ 2.192,75 mil, contra R\$ 154,62 mil em 2018, um aumento de 1.318,15%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

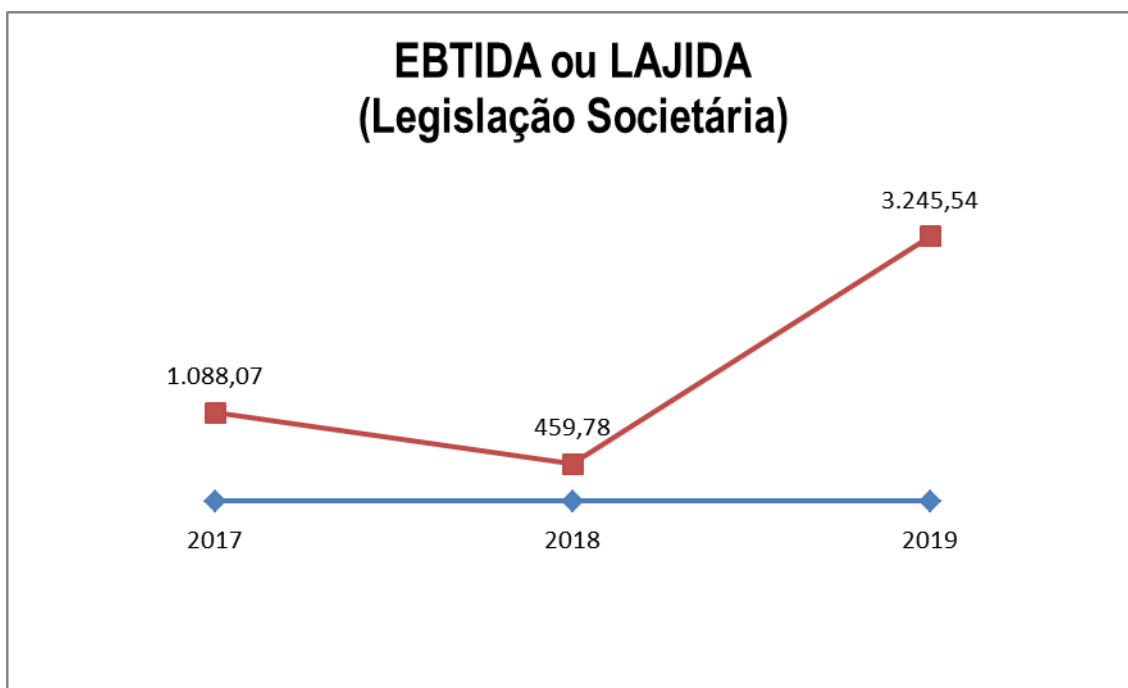
Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 2.513,10mil
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 1.834,99 mil
RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 875,69 mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 17.875,41 mil, enquanto em 2018 situou-se em R\$ 13.741,51 mil.

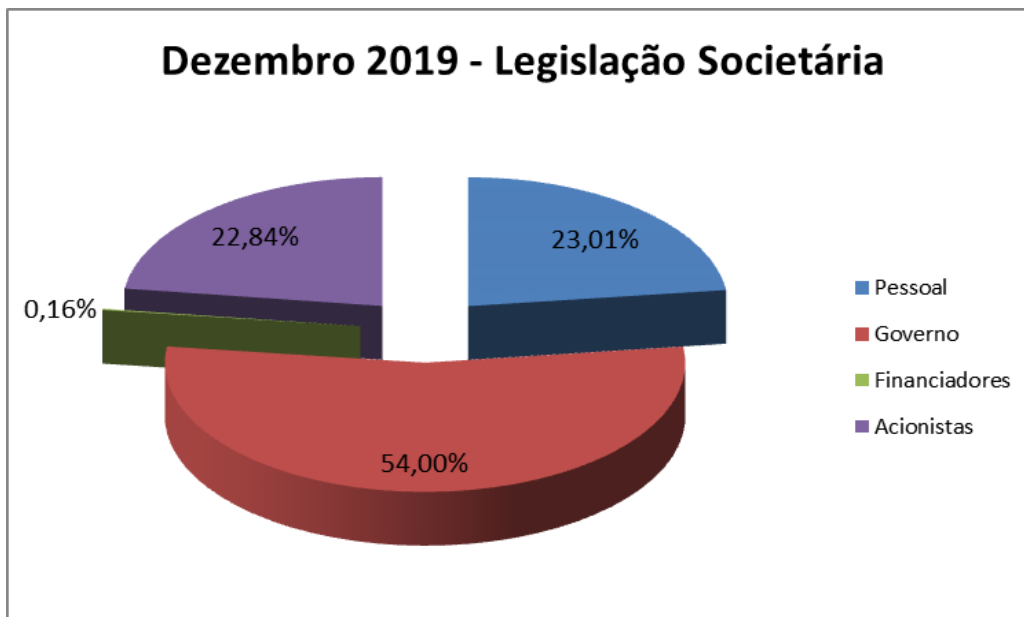
As despesas operacionais totalizaram em 2019 R\$ 16.107,61mil, 14,12% superior em relação à 2018, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 100,00% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 9,56% contra (0,97)% em 2018.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 3.245,54 mil, superior em 605,88% a 2018, que foi de R\$ 459,78 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2019, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 1.598,55 mil, 255,30% superiores em relação à 2018.

Valor adicionado: Em 2019, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 8.858,07 mil, representando 39,67% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Permissionária com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 10% para Fundo de Desenvolvimento e 5% para a RATES. Quanto aos resultados com Atos Cooperados e não cooperados, que apresentaram Perdas, foram absorvidas pelas Reserva Legal conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Permissionária era de R\$ 7.506,34 mil, composto por 7.506.341 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Gestão

Administração: A Permissionária tem procurado em todos os aspectos atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A Permissionária vem procurando adaptar-se às constantes e aceleradas mudanças no setor elétrico, assimilando e analisando as tendências de mercado bem como o contínuo gerenciamento de custos.

Os rumos da Permissionária vêm sendo administrados com certa parcimônia, isto, pelo cenário econômico que vem se descortinando no país, a qual certamente sinalizará algumas mudanças estratégicas na gestão visando a contínua qualidade na prestação de serviços aos consumidores e cooperados.

Gestão pela qualidade total: Em 2019, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade, principalmente no que tange às informações ao Órgão Regulador certificados pela ISO 9001 e 10002.

Recursos humanos: A Permissionária, a exemplo de anos anteriores, tem procurado promover constantemente a evolução e conhecimento de seus colaboradores através de cursos de aperfeiçoamento nas áreas técnicas e administrativa como também incentivá-los à continuidade dos estudos escolares.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2019	2018	%
Atendimento			
Número de consumidores	4.149	4.054	2,34%
Número de empregados	33	28	17,86%
Número de consumidores por empregado	126	145	-13,16%
Número de localidades atendidas	6	6	0,00%
Número de agências	0	0	0,00%
Número de postos de atendimento	0	0	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	375,91	375,91	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	4	3	14,20%
Distribuição direta (GWh)	0	0	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	154,94	154,91	0,02%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	667,26	631,46	5,67%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	667,26	631,46	5,67%
Comercial	667,26	631,46	5,67%
Industrial	667,26	631,46	5,67%
Rural	507,13	442,03	14,73%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	12,23	19,94	-38,67%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	10,00	10,00	0,00%

População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	5	5	0,00%
FEC (número de interrupções)	8,42	10,96	-23,18%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	21,250	5,530	284,27%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	541,95	507,23	6,85%
Capacidade instalada (MW)	15,98	0,00	0,00%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	21.692,00	15.485,91	40,08%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	1.091,65	13.097,80	-91,67%
Margem operacional do serviço líquida (%)	1887,08%	18,23%	10249,88%
EBITDA OU LAJIDA	2.502,19	445,53	461,62%
Lucro líquido (R\$ mil)	1.514,65	154,62	879,60%
Lucro líquido por mil cotas	1.514,65	154,62	879,60%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	31.951,22	29.137,05	9,66%
Valor patrimonial por cota R\$	31.951,22	29.137,05	9,66%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	4,74%	0,53%	793,32%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	11,30%	117,74%	-90,40%
Em moeda nacional (%)	11,30%	117,74%	-90,40%
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionarios	4,10	3,85	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1,04	1,03	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	0,008	0,007	0,00%
Retorno de ativos por unidade	0,05	-0,01	0,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Porto Ferreira-SP, 30 de Abril de 2020

A Administração

2-Balanco Patrimonial Societário

2 Balanço Patrimonial

CERVAM - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento
do Vale do Mogi

CNPJ no 55.188.502/0001-80

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2019	2018
Ativos		
Ativo Circulante	15.283,35	12.854,35
Caixa e equivalentes de caixa	10.578,40	10.187,12
Consumidores	2.377,26	2.052,44
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	29,21
Tributos compensáveis	927,94	390,95
Depósitos judiciais e cauções	12,00	-
Almoxarifado operacional	212,81	189,42
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	444,43	-
Despesas pagas antecipadamente	22,05	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	708,46	5,21
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	11.266,73	9.964,53
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-

Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	74,19	33,62
Depósitos judiciais e cauções	-	67,42
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	7,76	16,64
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	186,83	139,41
Imobilizado	1.742,37	1.365,91
Intangível	9.255,58	8.341,53

Total do ativo	26.550,08	22.818,88
-----------------------	------------------	------------------

Passivo

Passivo Circulante	3.467,68	1.433,79
Fornecedores	1.016,59	719,66
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	273,37	251,35
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	476,95	323,31
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	265,69	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	479,87	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	383,41	-
Outros passivos circulantes	571,80	139,47
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	142,61	2.095,26
Fornecedores	-	454,91
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-

Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	142,61	1.640,35

Total do passivo	3.610,29	3.529,05
-------------------------	-----------------	-----------------

Patrimônio líquido	22.939,79	19.289,83
Capital social	7.506,34	6.185,02
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	-	5.694,85
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	8.232,45	7.409,96
Sobras à disposição da Assembleia	7.201,00	-
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	22.939,79	19.289,83
------------------------------------	------------------	------------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	26.550,08	22.818,88
---	------------------	------------------

3 - Demonstração do Resultado do Exercício

3 Demonstração do Resultado do Exercício

CERVAM - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi

CNPJ no 55.188.502/0001-80

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2019	2018
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	22.327,28	16.129,62
Fornecimento de energia elétrica	10.123,59	15.439,50
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	9.408,48	-
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(216,76)	-
Serviços cobráveis	37,27	46,41
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	2.339,42	-
Outras receitas	635,28	643,71
Tributos	(2.985,72)	(2.388,11)
ICMS	(2.705,13)	(2.169,40)
PIS-PASEP	(49,97)	(38,95)
Cofins	(230,62)	(179,76)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.466,15)	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(971,94)	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(31,31)	-
Outros encargos	(462,90)	-

Receita líquida / Ingresso líquido	17.875,41	13.741,51
---	------------------	------------------

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(9.591,05)	(9.000,22)
Energia elétrica comprada para revenda	(9.591,05)	(9.000,22)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	8.284,36	4.741,29
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(6.514,61)	(4.994,66)
Pessoal e administradores	(3.039,16)	(2.336,91)
Material	(412,63)	(294,06)
Serviços de terceiros	(985,21)	(801,62)
Arrendamento e aluguéis	(15,07)	(256,63)
Seguros	(108,73)	(37,27)
Doações, contribuições e subvenções	(41,34)	(33,05)
Provisões	(437,63)	84,50
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	49,18	38,72
Tributos	(38,63)	(24,41)
Depreciação e amortização	(732,44)	(614,40)
Gastos diversos	(754,91)	(839,01)
Outras Receitas Operacionais	211,77	287,66
Outras Despesas Operacionais	(209,81)	(168,18)

Resultado da Atividade	1.769,75	(253,37)
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	743,35	407,99
Despesas financeiras	(89,22)	(155,00)
Receitas financeiras	832,57	562,99
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	2.513,10	154,62
Despesa com impostos sobre os lucros	(320,35)	
Resultado líquido das operações em continuidade	2.192,75	154,62
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	0,29	0,02
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,29	0,02
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2019	2018
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

4- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

4 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

CNPJ no 55.188.502/0001-80

Demonstra o das muta es do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstr o das Muta es do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposi�o da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.234,68	-	5.694,84	3.496,12	-	-	-	-	13.425,64
Remunera�o das imobiliza�es em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1.950,34	-	-	-	-	-	(342,29)	-	1.608,05
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destina�es	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavali�o	-	-	9.847,22	-	-	-	-	-	9.847,22
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	(9.847,22)	-	-	-	-	-	(9.847,22)
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destina�o proposta � A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	(1.093,78)	-	928,03	(45,63)	-	(211,38)

FATES	-	-	-	-	-	4.075,69	433,55	-	4.509,24
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	(1.105,15)	-	-	-	-	(1.105,15)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	(1.297,19)	-	2.406,24	(45,63)	-	1.063,42
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.185,02	-	5.694,84	-	-	7.409,96	(0,00)	-	19.289,82
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1.321,32	-	-	-	-	-	(1.370,26)	-	(48,94)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	555,35	-	1.637,40	-	2.192,75
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	(5.694,84)	-	-	(6,91)	7.207,92	-	1.506,17
FATES	-	-	-	-	(555,35)	646,70	(91,35)	-	0,00
RATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	182,70	(182,70)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.506,34	-	0,00	-	-	8.232,45	7.201,01	-	22.939,80

5 - Fluxo de Caixa

CERVAM - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi
 CNPJ no 55.188.502/0001-80
 Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e
 2018

(Valores expressos em milhares de reais)
 (Método Direto)

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	972,96	237,62
Fornecimento de Energia	19.128,52	15.558,80
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	1.722,44	-
Outros Recebimentos Operacionais	282,00	274,10
Fornecedores - Materiais e Serviços	(1.978,80)	(1.445,71)
Fornecedores - Energia Elétrica	(9.817,15)	(8.765,35)
Salários e Encargos Sociais	(1.712,68)	(1.358,72)
Tributos sobre a Receita - Federais	(1.885,24)	(1.073,46)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(2.661,01)	(2.111,55)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(265,00)	(7,88)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(1.026,99)	-
Outras Despesas Operacionais	(813,13)	(832,60)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(581,68)	5.459,43
Aquisição de Participações Societárias	(1,30)	(0,02)
Aportes / Aumento / Devolução de Capital	(122,29)	5.206,74
Investimentos	-	-
Imobilizado	(1.100,49)	(114,69)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	642,40	367,40
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	391,28	5.697,06
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-

Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	391,28	5.697,06
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	391,28	5.697,06
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	391,28	5.697,05
No início do exercício	10.187,12	4.490,07
No fim do exercício	10.578,40	10.187,12

6 - Notas Explicativas Societárias

6 Notas Explicativas

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A CERVAM é uma cooperativa, destinada a explorar a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CERVAM detém permissão válida até o ano 2048, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica nos Municípios de Porto Ferreira, Santa Rita do Passa Quatro, Pirassununga, Santa Cruz das Palmeiras, Descalvado e Aguai, Estado de São Paulo, conforme contrato de Permissão Nº 011/2018 assinado em 20/11/2018. Atualmente (base dezembro/2019), possui 650 associados e também 3499 consumidores (não associados). Divididos em 10,77% de consumo rural, 84,16% de consumo residencial, 3,57% de consumo comercial, 0,94% de consumo industrial, 0,07% de consumo iluminação pública, 0,22% de consumo serviço público (água, esgoto e saneamento) e 0,27% de poderes públicos. Os consumidores da zona rural que não estão ligados em nossa Permissionária são atendidos pelas Concessionárias locais, a Elektro Redes S.A. e a Companhia Paulista de Força e Luz.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que detém o Status de "Consumidor Livre".

O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 20/11/2018 até o dia 27/11/2048.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação

específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (*International Accounting Standard Board*) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC no 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011, entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL no 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: nos 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 0155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017. Para o presente exercício contábil, a SFF/ANEEL se manifestou renovando a vigência de todos os Despachos dos anos anteriores, e, esclarecendo que dúvidas e/ou novas orientações serão publicadas no sítio da Agência Reguladora, no canal "Gestão de dados e normatização Contábil".

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 7.961,28 mil (R\$ 7.685,76 mil em 2018) e para Ativos Financeiros de R\$ 7,76 mil (R\$ 16,64 mil em 2018).

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CERVAM, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a

Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2019, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: 444,43 R\$/MIL

Passivos Financeiros Setoriais: 479,87 R\$/MIL

Importante frisar, também, que em nossa nota explicativa referente a efeitos subsequentes, registramos a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19) que, além de novamente desacelerar a retomada do crescimento, ceifará vidas importantes de nosso sofrido Brasil. Deixamos aqui registrado nosso desejo de que em breve haja imunidade em nosso povo para que a doença seja vencida.

Assim sendo, destacamos que o presente relatório de administração societário e regulatório objetiva, além de cumprir tempestivamente as obrigações setoriais, busca informar com qualidade, clareza e transparência sobre os acontecimentos e resultados do ano de 2019.

4 Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2019, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. Investimentos

A CERVAM não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015, em substituição às instruções da Resolução ANEEL nº 367/2009 e anterior Portaria DNAEE nº 815/94 teve a migração e adequação dos dados concluída no encerramento do mês contábil de maio/2016. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

. Imposto de renda diferido

A CERVAM não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2019 ou anterior.

. Plano de complementação de aposentadoria e pensão.

A CERVAM não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

. Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. Estrutura das demonstrações contábeis

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub-grupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO REGULATORIO, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO REGULATORIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

5 Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 10.192,68 (Reais/mil) em Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados conforme demonstrado a seguir:

Institui�o	Tipo de aplica�o	Vencimento	Remunera�o	Legisla�o societária	
				2019	2018
BANCO DO BRASIL S/A	Renda Fixa	Indeterminado	Selic	196,78	152,86

CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Renda Fixa	Indeterminado	102% CDI	0,00	4.354,95
SANTANDER S/A	Renda Fixa	Indeterminado	Selic	54,19	52,83
BANCO DO BRASIL(CEESP)	Renda Fixa	Indeterminado	Selic	19,58	19,09
BANCOOB	RDC-Longo Pós CDI	Indeterminado	105% CDI	75,27	71,44
CAIXA FIC GIRO EMPRESAS REF. DI LP	Renda Fixa	Indeterminado	Selic	40,77	73,96
APLICAÇÃO AUT MAIS - ITAU	Renda Fixa	Indeterminado	Selic	16,87	22,61
APLICAÇÃO CONTAMAX EMPRESARIAL-SANTANDER	CDB Empresarial	Indeterminado	Selic	172,79	60,02
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CDB	CDB Flex Empresarial	11/06/2024	95,5 % CDI	3.689,71	5.276,20
BANCOOB-COOPSERVEL	RDC-Longo Pós CDI	Indeterminado	105% CDI	48,42	45,96
CAIXA FIC-COOPSERVEL	Renda Fixa	Indeterminado	Selic	0,00	0,03
CAIXA FI MEGA REFERENCIADO DI	Renda Fixa	Indeterminado	Selic	1.176,02	0,00
SICOOB-UNIMAIS - RDC	RDC-Longo CDI 30	09/02/2021	105% CDI	1.116,79	0,00
SICOOB CREDICUCAR - RDC	RDC-Longo Pós CDI	23/05/2024	105% CDI	2.026,56	0,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL- POUPANÇA	Poupança	Indeterminado	Poupança	1.558,93	3,74
Total				10.192,68	10.133,69

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2019 e 2018, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação societária	
	2019	2018
Consumidores		
Faturados	1.968,33	1.836,73
Não faturados	742,09	-
(-) PCLD	(533,76)	(96,13)
Sub Total	2.176,66	1.740,60
Serviços Cobráveis	8,76	15,26
Participação Financeira	31,82	88,46
Parcelamentos	115,33	189,73
Encargos Tarifários	0,03	0,03
Outros	44,65	18,36
Sub Total	200,59	311,84
Total	2.377,25	2.052,44

Composição das Contas a Receber

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Legislação societária			
					Provisão para devedores		Saldo	
					2019	2018	2019	2018
Residencial	448,07	131,51	34,62	614,20	-42,59	-28,83	571,61	496,55
Industrial	210,10	49,08	385,44	644,62	-385,44	-16,22	259,18	756,85
Comércio, Serviços e Outras Atividades	264,26	20,24	19,85	304,35	-19,71	-19,16	284,64	239,15
Rural	246,29	53,94	18,52	318,75	-17,78	-6,07	300,97	205,04
Poder Público	3,79	0,31	0,06	4,16	-0,06	-0,06	4,10	2,76
Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Municipal	3,79	0,31	0,06	4,16	-0,06	-0,06	4,10	2,76
Iluminação Pública	31,52	0,00	0,00	31,52	0,00	0,00	31,52	29,81
Serviço Público	50,73	0,00	0,00	50,73	0,00	0,00	50,73	36,22
Renda não Faturada	742,09	0,00	0,00	742,09	0,00	0,00	742,09	0,00
Atualização Regime Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal - Consumidores	1.996,85	255,08	458,49	2.710,42	(465,58)	(70,34)	2.244,84	1.766,38
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/ permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.996,85	255,08	458,49	2.710,42	(465,58)	(70,34)	2.244,84	1.766,38

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

A Provisão para Devedores Duvidosos em 2019 (R\$ 465,58/reais mil) aumentou em 561,90% em relação ao ano de 2018 (R\$ 70,34/ reais mil).

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2019, importavam em: 707,46 R\$/MIL.

7 Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2019	2018
Em Serviço Societário	1.742,37	1.365,90
Em Curso Societário	0	0
Ativo Financeiro da Concessão	7,76	16,64
Ativo Intangível da Concessão	7.976,60	7.697,82
Ativo Intangível em Curso	1.278,98	643,71
Reavaliação Regulatória Compulsória	9.011,43	9.847,22
Sob Total	20.017,14	19.571,29
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-142,61	-1.640,35
Sub Total	-142,61	-1.640,35
Total	19.874,53	17.930,94

Ativo Imobilizado Societário	1.742,37	1.365,90
Ativo Imobilizado Regulatório	19.874,53	17.930,94

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde: “De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

• Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviços publico conforme abaixo

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2019	Valor Líquido 2018
Intangíveis				
Em Serviço	8.218,12	-241,52	7.976,60	7.697,83
Em Curso	1.278,98		1.278,98	643,71
Total	9.497,10	-241,52	9.255,58	8.341,54

8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2019, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erências	Saldo em 31/12/2019
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	-	561,90	(146,24)	0,12	28,65	444,43
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	3,36	-	0,12	(3,48)	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	-	558,54	(146,24)	-	32,13	444,43
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	-	561,90	(146,24)	0,12	28,65	444,43

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2019
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	-	386,23	(16,22)	35,94	73,91	479,86
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	365,46	(15,84)	35,94	(133,79)	251,77
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	-	20,77	(0,38)	-	207,70	228,09
Total Passivos Financeiros Setoriais	-	386,23	(16,22)	35,94	73,91	479,86

9 Fornecedores

	Legislação societária	
	2019	2018
Elektro Distribuição S. A.	653,14	609,69
CPFL	149,31	53,69
Proinfa	0,00	0,00
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	802,45	663,38
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	214,15	56,28
Sub Total - Materiais e Serviços	214,15	56,28
Total	1.016,60	719,66

10 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária		Longo prazo		Total	
	Circulante		Principal	2019	2018	
	Principal	Encargos				
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Moeda Nacional						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Obs.: A CERVAM não possui saldo devedor em 2019 em nenhuma instituição financeira.

11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2019 e 2018.

	Legislação societária	
	2019	2018
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Bandeiras Tarifárias a Recolher	144,37	0,00
Taxa de fiscalização – ANEEL	2,39	0,00
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	118,93	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	0,00
Total	265,69	-

12 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERVAM possui em seu Ativo, crédito de ICMS no valor de 74,19 (Reais/Mil) compras para ativo imobilizado em 48 avos.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERVAM no exercício de 2019 e anteriores.

14 Provisões para Contingências

Contingência	Legislação societária					
	2019			2018		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Depósitos			Depósitos		
	No exercício	Acumulada	judiciais	No exercício	Acumulada	Judiciais
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS: Não houve neste exercício nenhuma contingência a ser provisionada.

15 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 representa R\$ 7.506,34 (Reais/mil), sendo composto por 7.506.341 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	%	Cotas
Henrique Ribaldo Filho	0,02%	1.745
Adão Carlos Rogatto	0,01%	1.032
Délio de Lima	0,00%	278
Valentin José Mendonça	0,05%	3.412
João Oswaldo Perusso	0,01%	865
João Paulo Michelin	0,16%	11.966
José dos Santos Filho	0,02%	1.431
Paulo Saturnino Cechinatto	0,05%	3.586
Silvio José Rochetti	0,00%	312
Vitor Jordão	0,04%	2.730
Walter José Borelli	0,10%	7.692
Demais Cooperados (n° de 639)	99,53%	7.471.293
Total	100,00	7.506.341

Reserva de Capital e Reserva de Sobras

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Sobras, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Sobras

	Legislação Societária	
	2019	2018
Reserva legal	1.110,73	928,03
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES	4.532,78	4.075,69
Reservas Estatutárias	2.588,94	2.406,24
	8.232,45	7.409,96
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
Sobras Acumuladas a disposição da AGO	7.201,01	0,00
Outros Resultados Abrangentes	0,00	5.694,84
Reservas de capital	0,00	0,00
Capital social	7.506,34	6.185,02
Sub Total	14.707,35	11.879,86
Total do Patrimônio Líquido	22.939,80	19.289,82

Conforme determinações do Despacho 4.991/2011-SFF/ANEEL (Despacho de Encerramento), item 2.6, procedemos ao reconhecimento contábil da Avaliação (VNR) com a contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória. Tal contabilização debitara nosso Ativo Imobilizado em Serviço em contra-partida ao Sub-Grupo Contábil Reservas de Reavaliação no Grupo Contábil Patrimônio Líquido.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2019 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2019 e anteriores não foram distribuídos dividendos e reconhecidos juros sobre o capital próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	4.051	3.972	31.085,22	27.205,88	18.789,98	15.439,51

Residencial	3.426	3.358	6.291,44	6.160,04	5.104,37	4.191,94
Industrial	38	37	9.490,32	7.142,29	5.891,75	4.594,93
Comercial	135	135	3.940,14	3.559,46	2.758,65	2.286,82
Rural	432	425	9.772,81	9.218,09	4.084,47	3.808,45
Poder público	11	8	42,30	33,45	34,06	22,80
Iluminação pública	3	3	759,14	765,15	367,01	314,99
Serviço público	6	6	789,07	327,40	549,67	219,58
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	9.408,48	0,00

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS+PIS+COFINS. Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2019 e 2018 a CERVAM não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Reais Mil			
	2019	2018	2019	2018
Elektro Distribuição	27.585,25	24.500,26	7.902,59	7.806,38
CPFL	5.564,58	4.307,34	1.368,23	1.193,84
PROINFA	0,00	0,00	186,30	0,00
Microgeração	42,97	0,00	27,74	0,00
DIC/FIC-PIS/COFINS	0,00	0,00	106,19	0,00
Total	33.192,80	28.807,60	9.591,05	9.000,22

20 Despesas Operacionais

22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2019	2018
Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2513,10	154,62
Ajustes Lalur	-1637,41	-154,62
Base de Calculo Fiscal	875,69	0,00
IRPJ - Imposto de renda sobre pessoa Juridica	230,78	0,00
CSLL - Contribuição Social	89,56	0,00
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Efeitos IFRS	0,00	0,00
Imposto de Renda no Resultado	230,78	0,00
Contribuição Social no Resultado	89,56	0,00

23 Participação nos Resultados

O programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa (PLR) no exercício de 2019 foi de R\$ 51,90 (Reais/mil).

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERVAM como: Seguro de Vida, Planos Médicos e Odontológicos, totalizando R\$ 153,44 (Reais/mil). Plano Previdenciário não foi implantado até o exercício de 2019.

25 Transações com Partes Relacionadas

A Permissionária efetuou transação com parte relacionada conforme quadro abaixo:

	<u>Parte Relacionada</u>	<u>Natureza da Operação</u>	<u>Nota</u>	<u>Legislação societária</u>	
				<u>2019</u>	<u>2018</u>
				<u>R\$/mil</u>	<u>R\$/mil</u>
	SICOOB-CREDIGUACU	Conta Corrente	Não Controlador	145,78	104,43
	SICOOB CREDIGUAÇU-COOPSERVEL	Conta Corrente	Não Controlador	39,74	34,96
	SICOOB-UNIMAIS	Conta Corrente	Não Controlador	1,32	0,02
	Total			186,84	139,41

A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa” do pessoal da administração, foram pagos durante o exercício:

	<u>legislação societária</u>	
	2019	2018
Remuneração	214,23	209,15
Encargos	84,27	81,95
Total	298,50	291,10

26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2019 e 2018, exceção feita a aplicações a curto prazo em 2019, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CERVAM não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, no exercício de 2019 e 2018.

28 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

VEÍCULO	DATA DA VIGÊNCIA	VALOR SEGURADO	PRÊMIO
CHEVROLET MONTANA LS 1.4 ANO			
2019 - MODELO 2019	18/11/2019 A 18/11/2020	100% TABELA FIPE	1.540,96

CAMINHÃO VOLKSWAGEN 1213 ANO				
2002 - MODELO 2002	06/09/2019 A 06/09/2020	100% TABELA FIPE		11.942,93
CAMINHÃO VOLKSWAGEN 1213 ANO				
2006 - MODELO 2006	10/08/2019 A 10/08/2020	100% TABELA FIPE		8.502,12
CHEVROLET MONTANA LS 1.4 ANO				
2019 - MODELO 2019	28/03/2019 A 28/03/2020	100% TABELA FIPE		1.881,87
CAMINHÃO VOLKSWAGEN 17.230				
ANO 2020 - MODELO 2020	10/07/2019 A 10/07/2020	100% TABELA FIPE		17.314,25
KOMBI STANDARD 1.4 VOLKSWAGEN				
ANO 2010 - MODELO 2010	23/07/2019 A 23/07/2020	100% TABELA FIPE		1.705,94
VOLKSWAGEN GOL 1.0 MI FLEX ANO 2010 - MODELO 2010	25/01/2019 A 25/01/2020	100% TABELA FIPE		3.623,05
S 10 COLINA 2.8 TB 4X4 MARCA GM				
ANO 2011 - MODELO 2011	22/09/2019 A 22/09/2020	100% TABELA FIPE		5.970,39
VOLKSWAGEN SPACEFOX 1.6 ANO				
2011 - MODELO 2011	02/06/2019 A 02/06/2020	110% TABELA FIPE		2.030,90
FIAT STRADA WORKING CE 1.4 MPI				
FIRE ANO 2015 - MODELO 2015	10/05/2019 A 10/05/2020	100% TABELA FIPE		1.634,98
VOLKSWAGEN GOL 1.6 G6 ANO 2015 - MODELO 2015	30/11/2019 A 30/11/2020	110% TABELA FIPE		3.420,91
AUTO GUINCHO AEREO GT 13,5LV				
ANO 2014	25/07/2019 A 25/07/2020	104.000,00		2.389,95
CAMINHÃO FORD CARGO 816/S ANO 2014 - MODELO 2014	23/05/2019 A 23/05/2020	100% TABELA FIPE		11.234,22
FIAT STRADA WORKING 1.4 FIRE				
ANO 2014 - MODELO 2014	18/11/2019 A 18/11/2020	100% TABELA FIPE		1.848,58
FIAT STRADA WORKING 1.4 FIRE				

ANO 2014 - MODELO 2014	02/06/2019 A 02/06/2020	100% TABELA FIPE	1.532,09
VOLKSWAGEN SPACEFOX TRENDLINE 1.6 MSI ANO 2018 - MODELO 2018	03/09/2019 A 03/09/2020	100% TABELA FIPE	3.888,02
CAMINHÃO VOLKSWAGEN 17.230			
ANO 2020 - MODELO 2020	12/12/2019 A 12/12/2020	100% TABELA FIPE	11.792,03
MUNK FIXADO A CAMINHÃO MARCA TKA	12/12/2019 A 12/12/2020	111.000,00	8.722,25
SEGURO EMPRESARIAL	28/01/2019 A 28/01/2020	2.600.000,00	3.116,50

Todos segurados contra danos materiais, danos Corporais, APP por morte e invalidez permanente.

29 Eventos Subsequentes

29.1) Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Segue abaixo, os índices e metas de nossa Empresa, lembrando que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000.

Ano de 2019:

Limites Regulatórios: Ainda não definido pelo ANEEL no exercício de 2019

Realizado: DEC 12,23 e FEC 8,42

Envidamos todos nossos esforços para não ultrapassarmos estes índices, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

29.2) Subsídios Baixa Densidade de Carga - fixação de novo valor:

A CERVAM, em seu IRT 2019, teve fixado para benefício de seus consumidores, o Subsídios Baixa Densidade de Carga, cuja metodologia previa retirada dos valores de parte da Parcela B da Permissionária para depósito pela União, através da CCEE, utilizando-se a verba do fundo CDE, para

reembolsar o valor deduzido, através de parcela fixas e mensais. Esse valor, quando fixado para nossa Empresa, foi de: R\$ 151,51 mil mensais, totalizando R\$ 1.818,14 mil, anuais.

29.3) Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERVAM;
- b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERVAM;
- c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;
- d) etc.

Em 2019 os efeitos deste decreto já trouxeram impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

29.4) Efeitos da Revisão dos IFRS 9, 15 e 16.

A CERVAM, em função de seu porte, não sofreu efeitos do IFRS 9 (Nova normatização dos Instrumentos Financeiros), IFRS 15 (Normatização de reconhecimento de receitas), e, IFRS 16 – (Arrendamentos).

Com relação ao reconhecimento de Receitas, sendo a CERVAM uma Empresa Regulada, só afere receita em função do Serviço Público de Energia Elétrica, e, por essa razão, não houve mudanças na forma de contabilização.

29.5) Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2019 a CERVAM contabilizou 7,08% de Perdas (Técnicas mais não Técnicas). Durante o ano de 2020, a CERVAM continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

29.6) Efeitos do Corona Vírus (Covid 19) nas Demonstrações Financeiras

Conforme determinação do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020, mesmo sendo a Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi - CERVAM do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, e, atendendo determinações da ANEEL, destaca abaixo que:

Mesmo sendo nossa área de Concessão pequena e do interior, entendemos que os 4 meses do ano de 2020 em que o Ministério da Saúde prevê que se dará o ápice da PANDEMIA será de grande relevância para os resultados econômicos e financeiros, uma vez que, mesmo que a Energia continuará a ser utilizada nas residências, mas já se vislumbra grande desaquecimento industrial, e lockdown no comércio, que certamente trarão, no primeiro momento baixa de fluxo de caixa, e, no segundo momento deverá trazer frustração de faturamento nos meses subsequentes, neste efeito subsequente, nossa administração preocupa-se com:

- 1) Impacto na aquisição de energia junto à Supridora, cujos limites contratuais restringem-se em possibilidades de variação de 90% a 110%, e, que, neste ano, entendemos ser necessária flexibilização maior. Procuraremos resguardo do Órgão Regulador nesta regra;
- 2) Adicionalmente, à compra de energia, temos a contratação da demanda de conexão, que, em caso de haver prolongamento da crise, também precisará ter tratamento especial para sob contratações; e,
- 3) Por fim, a CERVAM esclarece para toda a sociedade, associados, Órgão Regulador e demais partes interessadas que estará seguindo rigorosamente as orientações do Ministério da Saúde, e, que compreende o grande desafio em que se encontra, de cuidar de seus colaboradores, e, ao mesmo tempo, atender bem aos seus consumidores, uma vez que se trata de atividade essencial.

29.7) Revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, determinou a criação de grupo de trabalho para a revisão periódica das normas contábeis do Setor Elétrico. Está prevista a apresentação das mudanças em maio de 2020 para início de vigência em janeiro de 2021.

A CERVAM mantém-se constantemente atualizada para tempestivamente implementar a atualização das normas, e, ao mesmo tempo, mensurar seus efeitos aos Srs. Associados.

30 Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2019, a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica – CERVAM, desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada

função exercida. Colaborou financeiramente nos cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004).

Responsabilidade Social e Educação

A CERVAM implantou programa de incentivo a educação a qual participará no reembolso de 100% das despesas com mensalidades de seus funcionários para cursos profissionalizantes.

CERVAM - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi

CNPJ no 55.188.502/0001-80

Demonstração do Balanço Social - 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	2019			2018		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			17.875,41			13.741,51
Lucro Operacional (LO)			1.769,75			(253,37)
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			3.039,17			2.336,92
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	168,52	5,54%	0,94%	96,98	4,15%	0,71%
Encargos sociais compulsórios Entidade de previdência privada	662,78	21,81%	3,71%	543,39	23,25%	3,95%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	57,05	1,88%	0,32%	45,51	1,95%	0,33%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos		0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	46,64	1,53%	0,26%	4,13	0,18%	0,03%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	51,90	1,71%	0,29%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,75	0,03%	0,01%
Outros Benefícios	49,75	1,64%	0,28%	36,29	1,55%	0,26%

Total	1036,64	34,11%	5,80%	727,05	31,11%	5,29%
		% sobre			% sobre	
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	41,34	2,34%	0,23%	33,05	-13,04%	0,24%
Total de contribuições para a sociedade	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Tributos - excluídos encargos sociais	3.024,34	170,89%	16,92%	2.412,52	-952,17%	17,56%
Total	3.024,34	170,89%	16,92%	2.412,52	-952,17%	17,56%
		% sobre			% sobre	
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial		0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
					2019	2018

5 - Indicadores do corpo funcional	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	33	28
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	10	8
Ensino médio	16	14
Ensino fundamental	7	6
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	4	3
De 30 até 45 anos (exclusive)	14	13
Acima de 45 anos	15	12
Admissões durante o período		
Mulheres que trabalham na empresa	3	2
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	3	3
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	0	0
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	44	32
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	6,84	6,01
Maior remuneração	10,39	8,68
Menor remuneração	1,52	1,45
Acidentes de trabalho	0	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERVAM, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, sendo que, ao término do exercício de 2019, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Líquida Operacional de Distribuição Anual no exercício atingiu um montante de R\$ 17.875,41 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 30,08% que foi de R\$ 13.741,51 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2019, foi de 4.149, já em 2018 foi de 4.054 ocasionando um aumento de 2,34% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2019, montaram em R\$ 2.621,38 (Reais/mil) e no exercício anterior montaram R\$ 1.927,82 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 35,98 % em relação ao ano anterior.

Custos Gerenciáveis da Parcela B – Os Custos Gerenciáveis da Parcela B, excluindo as despesas com pessoal, no exercício de 2019, foram de R\$ 3.162,76 (Reais/mil), superior em 22,97% ao ano anterior que foi de R\$ 2.571,94 (Reais/mil).

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2019 importou em R\$ 743,34 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2018, o Resultado Financeiro foi de R\$ 407,99 (Reais/mil).

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unid.	2019	2018
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC/PC	R\$	4,41	8,97
Seca	(AC-E) / PC	R\$	4,35	8,83
Absoluta	AD/PC	R\$	3,05	7,11
Geral	(AC+RLP) / (PC+ELP)	R\$	4,24	6,47
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB/VB) x 100	%	11,26	0,96
Operacional s/ Vendas	(LO/VB) x 100	%	7,93	-1,57
Líquida s / Vendas	(LL/VB) x 100	%	9,82	0,96
Líquida s/ Capital	(LL/CS) x 100	%	29,21	2,50
Líquida s /Patrimônio Líquido	(LL/PL) x 100	%	9,56	0,80
3 .Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL/AT) x 100	%	0,00	0,68

4. Endividamento

Recursos de Terceiros no Investimento	$[(PC+ELP-ADC)/AT] \times 100$	%	13,60	15,47
Recursos Próprios no Investimento	$[(PL+REF-ADC)/AT] \times 100$	%	86,40	84,53

5. Investimentos

Capital Fixo Aplicado	$(AP/AT) \times 100$	%	41,42	42,54
Capital de Risco Aplicado	$[(AC+RLP)/AT] \times 100$	%	57,59	100,00

6. Garantias

Reais s/ Capital	$(IM/CS) \times 100$	%	23,21	22,08
Totais s/ Capital	$(AP/CS) \times 100$	%	146,52	156,95

7. Capital de Giro Próprio

Capital de Giro	$(AC-PC) / 1.000$	%	11,82	11,42
-----------------	-------------------	---	-------	-------

Valores Expresso em Reais Mil

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimônial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimônial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32 Créditos Fiscais

Data	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Exercício de 2019	ICMS s/ Aquisição Ativo Imobilizado	38,22	74,19	112,41
Exercício de 2019	IRRF a Recuperar	889,73	0,00	889,73
Total Geral				1.002,14

A CERVAM possui Créditos Fiscais conforme demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

33 Informações de Natureza Social e Ambiental

A CERVAM, periodicamente efetua o serviço de “Poda de Árvores” e a limpeza da faixa nas redes aéreas de distribuição.

O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

34 Energia Livre

A CERVAM, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando os Contratos de Suprimento que firmou com a Elektro e CPFL, conforme instruções do Órgão Regulador.

35 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

A CERVAM não possui tributação e nem recolhimento do ICMS sobre a citada subvenção.

36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Esta Permissionária teve seu primeiro reajuste tarifário no mês de setembro de 2019 não existindo diferimento de tarifa.

37 Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2019, nossa Permissionária ainda não teve sua primeira Revisão Tarifária Periódica. Conforme determinação do Órgão Regulador na Resolução Homologatória nº 2.493 de 11 de dezembro de 2018, tivemos nossas tarifas iniciais homologadas pela ANEEL.

38 Ganhos Contingentes

A CERVAM não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em exercício anterior.

39 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a

remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.493, de 11/12/2018, se atualizados pelo IPCA, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Descrição	INDICES	3,43%	XX%	XX%
	Revisão 2018	IRT 2019	IRT 2020	IRT 2021
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	31.401,63	32.478,71	-	-
(2) Obrigações Especiais Brutas		-	-	-
(3) Bens Totalmente Depreciados	975,52	1.008,98	-	-
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	30.426,11	31.469,73	-	-
(5) Depreciação Acumulada	14.671,03	15.174,25	-	-
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	15.755,08	21.159,07	-	-
(7) Obrigações Especiais Líquidas	-	-	-	-
(8) Terrenos e Servidões	0,00	0,00	-	-
(9) Almojarifado em Operação	94,20	97,43	-	-
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	16.824,81	22.595,72	-	-
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	-	-
(12) Quota de Reintegração Regulatória	1.217,04	1.258,78	-	-
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	634,29	656,05	-	-

40 Reajuste Tarifário

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.617, de 24 de setembro de 2019, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Permissionária resultantes do processo de reajuste tarifário de 2019, cujo reajuste correspondeu a um efeito médio de 10,00% percebido pelos consumidores. Este Reajuste efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, esta absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Empresa.

41 Fusões, Cisões e Incorporações

Parte do Patrimônio da CERVAM decorre de Incorporação, evento ocorrido em 27 de outubro de 2018, momento em que os ativos como imóveis e veículos foram transferidos da Cooperativa de Energização e de Desenvolvimento da Região de Porto Ferreira para a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica CERVAM, Cooperativa esta que recebeu a Permissão da ANEEL para explorar exclusivamente a atividade de serviço público de energia elétrica conforme contrato de Permissão Nº 011/2018 assinado em 20/11/2018.

42 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Nos exercícios de 2019 e 2018 não houveram necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERVAM vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. Em nosso último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A ANEEL, no exercício de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória.

43 Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 3.245,54 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2019 foram utilizados as seguintes contas:

	2019	2018
Lucro/Prejuízo Líquido	2.192,75	-145,62
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	320,35	0,00
Depreciação e Amortização	732,44	614,40
	3.245,54	459,78

44 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2019

Descri�o	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						

Ativo circulante	15.283,35	-	15.283,35	-	15.283,35
Caixa e equivalentes de caixa	10.578,40	-	10.578,40	-	10.578,40
Consumidores	2.377,26	-	2.377,26	-	2.377,26
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-
Serviços em curso	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis	927,94	-	927,94	-	927,94
Depósitos judiciais e cauções	12,00	-	12,00	-	12,00
Almoxarifado operacional	212,81	-	212,81	-	212,81
Investimentos temporários	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	444,43	-	444,43	-	444,43
Despesas pagas antecipadamente	22,05	-	22,05	-	22,05
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	708,46	-	708,46	-	708,46
Ativo não circulante	20.278,16	(9.011,43)	11.266,73	-	11.266,73
Consumidores	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-
Serviços em curso	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis	74,19	-	74,19	-	74,19
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	-	7,76	7,76	(7,76)	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	186,83	-	186,83	-	186,83
Imobilizado	20.001,82	(18.259,45)	1.742,37	9.248,02	10.990,39
Intangível	15,32	9.240,26	9.255,58	(9.240,26)	15,32
Total do ativo	35.561,51	(9.011,43)	26.550,08	-	26.550,08

Passivo					
Passivo circulante	3.467,68	-	3.467,68	-	3.467,68
Fornecedores	1.016,59	-	1.016,59	-	1.016,59
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-

Obrigações sociais e trabalhistas		273,37	-	273,37	-	273,37
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		476,95	-	476,95	-	476,95
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		265,69	-	265,69	-	265,69
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais		479,87	-	479,87	-	479,87
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		383,41	-	383,41	-	383,41
Outros passivos circulantes		571,80	-	571,80	-	571,80
Passivo não circulante		142,61	-	142,61	-	142,61
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		142,61	-	142,61	-	142,61
Total do passivo		3.610,29	-	3.610,29	-	3.610,29

Patrimônio líquido						
Capital social		7.506,34	-	7.506,34	-	7.506,34
Reservas de capital		(678,11)	678,11	-	-	-
Outros resultados abrangentes		9.011,43	(9.011,43)	-	-	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-

Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		8.232,45	-	8.232,45		8.232,45
Sobras à disposição da Assembleia		7.879,11	(678,11)	7.201,00		7.201,00
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		31.951,22	(9.011,43)	22.939,79	-	22.939,79
Total do passivo e do patrimônio líquido		35.561,51	(9.011,43)	26.550,08	-	26.550,08

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2019

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		21.692,00	635,28	22.327,28	-	22.327,28
Fornecimento de energia elétrica		10.123,59	-	10.123,59	-	10.123,59
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		9.408,48	-	9.408,48	-	9.408,48
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(216,76)	-	(216,76)	-	(216,76)
Serviços cobráveis		37,27	-	37,27	-	37,27
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		2.339,42	-	2.339,42	-	2.339,42
Outras receitas vinculadas			635,28	635,28	-	635,28
Tributos		(2.985,72)	-	(2.985,72)	-	(2.985,72)
ICMS		(2.705,13)	-	(2.705,13)	-	(2.705,13)
PIS-PASEP		(49,97)	-	(49,97)	-	(49,97)
Cofins		(230,62)	-	(230,62)	-	(230,62)
ISS		-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(1.466,15)	-	(1.466,15)	-	(1.466,15)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(971,94)	-	(971,94)	-	(971,94)
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização		(31,31)	-	(31,31)	-	(31,31)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		(462,90)	-	(462,90)	-	(462,90)
Receita líquida / Ingresso líquido		17.240,13	635,28	17.875,41	-	17.875,41
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(9.591,05)	-	(9.591,05)	-	(9.591,05)
Energia elétrica comprada para revenda		(9.404,75)	-	(9.404,75)	-	(9.404,75)

Energia elétrica comprada para revenda – Proinfra	(186,30)	-	(186,30)	-	(186,30)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	7.649,08	635,28	8.284,36	-	8.284,36
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(6.557,43)	42,82	(6.514,61)	-	(6.514,61)
Pessoal e administradores (inclui 417,79 de remuneração a administradores)	(3.039,16)	-	(3.039,16)	-	(3.039,16)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-
Material	(412,63)	-	(412,63)	-	(412,63)
Serviços de terceiros	(985,21)	-	(985,21)	-	(985,21)
Arrendamento e aluguéis	(15,07)	-	(15,07)	-	(15,07)
Seguros	(108,73)	-	(108,73)	-	(108,73)
Doações, contribuições e subvenções	(41,34)	-	(41,34)	-	(41,34)
Provisões	(437,63)	-	(437,63)	-	(437,63)
Recuperação de despesas	49,18	-	49,18	-	49,18
Tributos	(38,63)	-	(38,63)	-	(38,63)
Depreciação e amortização	(1.410,54)	678,10	(732,44)	-	(732,44)
Gastos diversos da atividade vinculada	(119,63)	(635,28)	(754,91)	-	(754,91)
Outras Receitas Operacionais	211,77	-	211,77	-	211,77
Outras Gastos Operacionais	(209,81)	-	(209,81)	-	(209,81)
Resultado da Atividade	1.091,65	678,10	1.769,75	-	1.769,75
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	743,35	-	743,35	-	743,35
Despesas financeiras	(89,22)	-	(89,22)	-	(89,22)
Receitas financeiras	832,57	-	832,57	-	832,57
Operações com não Associados	0,00	0,00	0,00	-1.637,41	-1.637,41
Resultado de operações com não associados	-	-	-	(1.637,41)	(1.637,41)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	1.835,00	678,10	2.513,10	(1.637,41)	875,69
Despesa com impostos sobre os lucros	(320,35)	-	(320,35)	-	(320,35)
Resultado líquido das operações em continuidade	1.514,65	678,10	2.192,75	(1.637,41)	555,34
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	1.514,65	678,10	2.192,75	(1.637,41)	555,34

Atribuível aos:						
Acionistas controladores		-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-
Lucro por ação		0,20	0,09	0,29	(0,22)	0,07
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,20	0,09	0,29	(0,22)	0,07
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2019

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.185,02	-	5.694,84	-	-	7.409,96	(0,00)	-	19.289,82
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	1.321,32	-	-	-	-	-	(1.370,26)	-	(48,94)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	555,35	-	1.637,40	-	2.192,75
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	(5.694,84)	-	-	(6,91)	7.207,92	-	1.506,17
FATES	-	-	-	-	(555,35)	646,70	(91,35)	-	0,00
RATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	182,70	(182,70)	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.506,34	-	0,00	-	-	8.232,45	7.201,01	-	22.939,80

45 Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras e reembolsadas pela Eletrobrás

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERVAM realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2019, o saldo de 707,46 R\$/MIL

	SALDO ANTERIOR	REALIZADO	RECEBIDO	A RECEBER
SUBVENÇÃO CDE - Água, Esgoto e Saneamento	0,00	77,74	-30,99	46,75
SUBVENÇÃO CDE - Rural Convencional	0,00	1.201,65	-908,90	292,75
SUBVENÇÃO CDE – DMR Baixa Renda	0,00	21,63	0,00	21,63
SUBVENÇÃO CDE – Irrigantes	0,00	656,00	-461,18	194,82
SUBVENÇÃO CDE - Baixa Densidade de Carga	0,00	748,77	-597,26	151,51
				707,46

46 Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor	(56,62)	-	(56,62)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(56,62)	-	(56,62)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(86,00)	-	(86,00)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(77,58)	-	(77,58)
Data de aquisição: 11/2019	(8,42)	-	(8,42)
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento			
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda			
Excedente de reativos			
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(142,62)	-	(142,62)

47 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo a Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 20/02/2020 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

Henrique Ribaldo Filho
Presidente

Vitor Hugo Delsin
Gerente

Mario Lopes Junior
Contabilista

7 - Parecer do Conselho Fiscal



COOPERATIVA DE ENERGIZAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO MOGI
Rodovia SP 215 Km 96,7 - Caixa Postal 505 - Porto Ferreira - SP - Cep: 13.660-970
CNPJ: 55.188.502/0001-80 - INCR.EST: 555.003.098.112
e-mail: cervam@cervam.com.br
Fone/Fax: (0XX19) 3589.3300 - Comercial
Teleatendimento: 0800.161561 - 24 Horas

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Energização e de Desenvolvimento do Vale do Mogi, no desempenho de suas atribuições legais, tendo examinado as demonstrações financeiras abaixo citadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

- 1 – Balanço Patrimonial;
- 2 – Demonstração de Sobras ou Perdas;
- 3 – Demonstração das Sobras ou Perdas Acumuladas;
- 4 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Expressam a opinião que os mesmos traduzem a real situação econômica, financeira e patrimonial desta empresa, sendo assim, recomendam sua aprovação pelos senhores associados em Assembléia Geral Ordinária.

Porto Ferreira, 20 de fevereiro de 2020


VALENTIN JOSÉ MENDONÇA


VITOR JORDÃO


DÉLIO DE LIMA

8 - Parecer dos Auditores Independentes

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

À

Diretoria e Cooperados da

Cooperativa de Energização e de Desenvolvimento do Vale do Mogi – “CERVAM”

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Energização e de**

Desenvolvimento do Vale do Mogi – “CERVAM”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Energização e de Desenvolvimento do Vale do Mogi – “CERVAM”** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras da **CERVAM** em 31 de dezembro de 2018, não foram por nós auditadas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificadas durante nossos trabalhos e que foram corrigidas.

Campinas, 11 de fevereiro de 2020.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

HELIO ALBIERI

Contador CRC 1SP 119551/O-8

9-Relatório da Administração Regulatório

9 Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERVAM - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

A Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi – CERVAM – foi criada no dia 5 de abril de 1964 por um grupo de produtores rurais de quatro municípios: Porto Ferreira, Santa Rita do Passa Quatro, Pirassununga e Santa Cruz das Palmeiras.

Posteriormente, a cooperativa atendeu os municípios de Descalvado e Aguai. O grupo que participou da criação da CERVAM acreditou que seria possível levar energia elétrica até a zona rural desses municípios. Naquela época, a falta de estrutura de distribuição de energia em propriedades rurais desses seis municípios e o desinteresse por parte das concessionárias paulistas em fazer chegar a luz elétrica ao homem do campo fizeram com que surgisse a CERVAM.

Aquele grupo de idealistas formado por produtores rurais da região passaram a discutir o problema. Os encontros eram realizados na Casa da Lavoura, em Porto Ferreira. O objetivo era atender uma demanda que existia, mas que não era suprida pelo mercado de infraestrutura.

A Assembleia de Constituição da CERVAM foi presidida pelo Engenheiro Agrônomo Dr. Francisco Novielo. Naquele dia 5 de abril registraram sua participação 105 cooperados fundadores.

O primeiro presidente foi João Michelin Filho. Nas décadas seguintes após sua fundação, a cooperativa teve nove presidentes: Mário Avezani (eleito em 6 de março de 1966), Brasil Paulista da Silva Prado (31 de março de 1968), Eduardo Padovani (15 de março de 1970), Sydney Malheiros Fares (25 de março de 1973), Paulo Francisco Calovi (4 de abril de 1976), Roberto Barione (eleito em janeiro de 1982) e Francisco Michelin Filho (21 de março de 1982). Desde 7 de outubro de 1992 a CERVAM é presidida por Henrique Ribaldo Filho.

A nomenclatura da cooperativa também mudou, ao longo desses 50 anos de existência. Criada como Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Mogi, e adotou o “limitada” em 1997 mudando seu nome para Cooperativa de Energização e de Desenvolvimento Rural do Vale do Mogi Ltda, sendo que no ano seguinte foi excluída a expressão “Ltda”. Em 2007, houve uma nova modificação por imposição da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) foi retirada a palavra “Rural” ficando a sua razão social da seguinte forma: Cooperativa de Energização e de Desenvolvimento do Vale do Mogi.

Desde seu início, a CERVAM atendeu a zona rural, mas com o crescimento dos municípios, algumas delas passaram a fazer parte do perímetro urbano, e se transformaram em loteamentos.

Além disso, a CERVAM atende também diversas indústrias e clientes de grande porte e consumidores com sistema de irrigação, consagrando-se com uma das cooperativas mais confiáveis de fornecimento de energia elétrica do Estado de São Paulo, com perdas técnicas abaixo das grandes concessionárias.

O ano de 2018 constituiu marco histórico de funcionamento efetivo da Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi – CERVAM com a assinatura do contrato de permissão em 20 novembro de 2018.

No ano de 2019, esta Permissionária encontra-se no primeiro ano de funcionamento como empresa regulamentada, o que conseqüentemente exige-se cada vez mais aperfeiçoamento e qualificação de pessoal, participando de diversos treinamentos e grupos de estudos, com o fim de manter-se atualizada frente as possíveis mudanças ocorridas no setor elétrico.

Em 30 de setembro de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

Há que se destacar que o ano de 2019, a Permissionária continuou a sentir os efeitos positivos trazidos pela Resolução Homologatória nº 2.493 de 11 de dezembro de 2018 que foi o reconhecimento por parte do Poder Concedente de que as Cooperativas atendem um mercado muito rarefeito e disperso, levando energia principalmente à área rural, o que torna seu mercado pouco competitivo, dessa forma, a citada Resolução trouxe em seu bojo o dispositivo em que o governo, via CDE, compensaria esse mercado de baixa densidade da permissionária deixando de impactar o consumidor com tarifas mais elevadas.

Esta resolução trouxe benefícios imediatos à CERVAM, proporcionando um melhor equilíbrio financeiro.

Em nosso sistema elétrico continuamos com inúmeras obras de melhoria, como recondutoramento e construção de novas redes para atendimento aos novos pedidos de demanda, além de realizar diversos desligamentos programados para manutenções preventivas.

Importante frisar, também, que em nossa nota explicativa referente a efeitos subsequentes, registramos a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19) que, além de novamente desacelerar a retomada do crescimento, ceifará vidas importantes de nosso sofrido Brasil. Deixamos aqui registrado nosso desejo de que em breve haja imunidade em nosso povo para que a doença seja vencida.

Assim sendo, destacamos que o presente relatório de administração societário e regulatório objetiva, além de cumprir tempestivamente as obrigações setoriais, busca informar com qualidade, clareza e transparência sobre os acontecimentos e resultados do ano de 2019.

O ano de 2019, a exemplo de anos anteriores, trouxe consigo os desafios próprios do setor, porém, são desafios que reforçam a idéia de que precisamos continuar em frente, almejando sempre oferecer energia de qualidade ao nosso cooperado e consumidores e sempre gratos a Deus pelas bênçãos recebidas.

Henrique Ribaldo Filho

Carta do Contabilista

Na qualidade de Contabilista responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERVAM – Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2019, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

A CERVAM, a exemplo de exercícios anteriores, primou, neste exercício, por detalhes claros e transparentes, abrindo as contas sintéticas exigidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em contas analíticas divididas por assunto, apresentando de forma clara seu resultado e valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público bem como trazendo a informação gerada, de forma clara, o que permite aos dirigentes tomar as decisões mais certeiras.

O resultado da Prestação de Contas referente a este exercício será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL, têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análises dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional.

Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizado foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal tem implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, EFD-REINF e EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos, também, têm sido enviados dentro do prazo concedido.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos senhores Cooperados que a seguir, constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições necessárias à V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Mario Lopes Junior
Contabilista
CRC – 1SP 173207/O-8

Cenário

A CERVAM - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi atua no segmento de distribuição de energia elétrica e fornece energia na região dos Municípios de Porto Ferreira, Santa Rita do Passa Quatro, Pirassununga, Santa Cruz das Palmeiras, Descalvado e Aguaí.

A CERVAM concluiu o processo da certificação dos índices de qualidade de energia através do sistema de certificação NBR ISO 9001:2015 em novembro de 2019, sendo outorgada a esta permissionária a certificação no mês de janeiro de 2020 como resultado dos Ciclos de Auditoria no período de novembro de 2019. A certificação outorgada está estruturada conforme a versão NBR ISO 9001:2015.

Esta Permissionária está certificada a partir do ano de 2020 sob o número de Registro de Certificado TNBR-25726 sendo valido até 08/01/2023.

Em nossa política de qualidade, buscamos sempre a melhoria através da capacitação dos nossos colaboradores através de Investimentos em Treinamentos Técnicos e Segurança e Medicina no Trabalho, visando a atender de forma adequada os nossos associados e consumidores e demais partes interessadas.

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 06 dos 645 municípios do Estado do São Paulo. Não temos atendimento a consumidores livres no Estado.

Ligação de consumidores - foram realizadas no ano 79 novas ligações sendo 7 rurais, 68 residenciais, 3 Poderes Públicos e 1 Industrial, totalizando 4.051 consumidores atendidos pela Permissionária, número 1,99% superior ao de 2018.

Consumidores	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	2.791	2.970	3.260	3.358	3.426

Comercial	102	119	131	135	135
Industrial	33	35	39	37	38
Rural	611	588	409	425	432
Poderes Públicos	6	7	8	8	11
Iluminação Pública	6	4	4	3	3
Serviço Público	7	8	6	6	6
Total	3.556	3.731	3.857	3.972	4.051
Varição	4,10%	4,92%	3,38%	2,98%	1,99%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2019 foi de 31,08 GWh (27,21 GWh em 2018).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o rural e industrial. A classe rural representa uma fatia de 31,44% do segmento de mercado e apresentou crescimento na ordem de 5,97% em relação ao ano de 2018. A classe industrial representa 30,53% do segmento de mercado e apresentou decréscimo na ordem de 32,91% em relação ao ano de 2018. No meio rural, o desempenho deve-se, principalmente, à constante modernização do sistema agropecuarista em nossa região bem como ao processo de industrialização ocorrido no Município.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

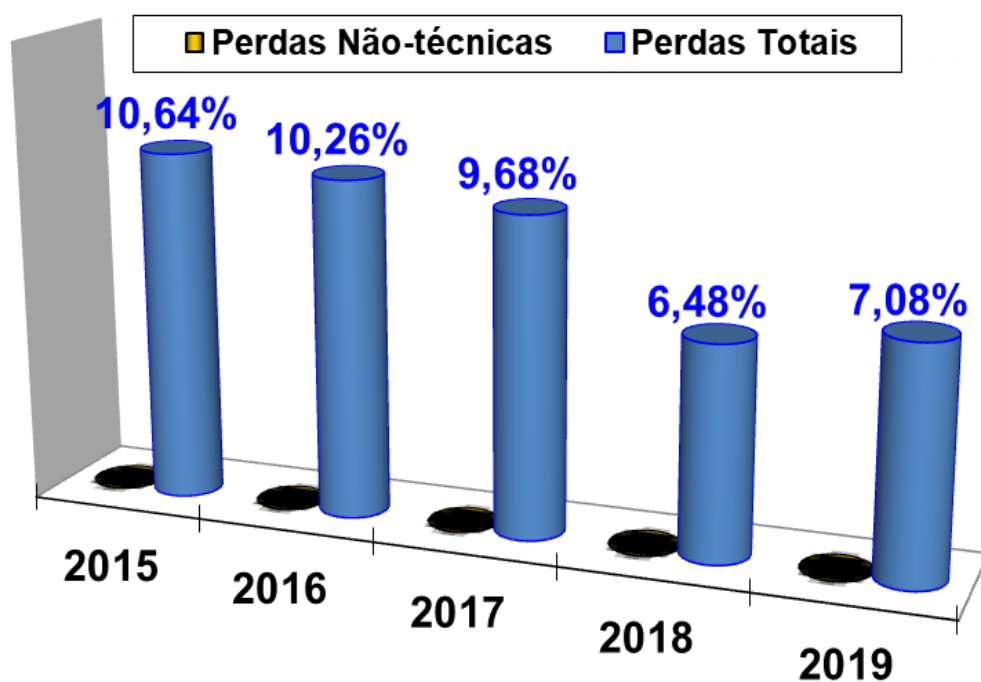
Mercado Atendido

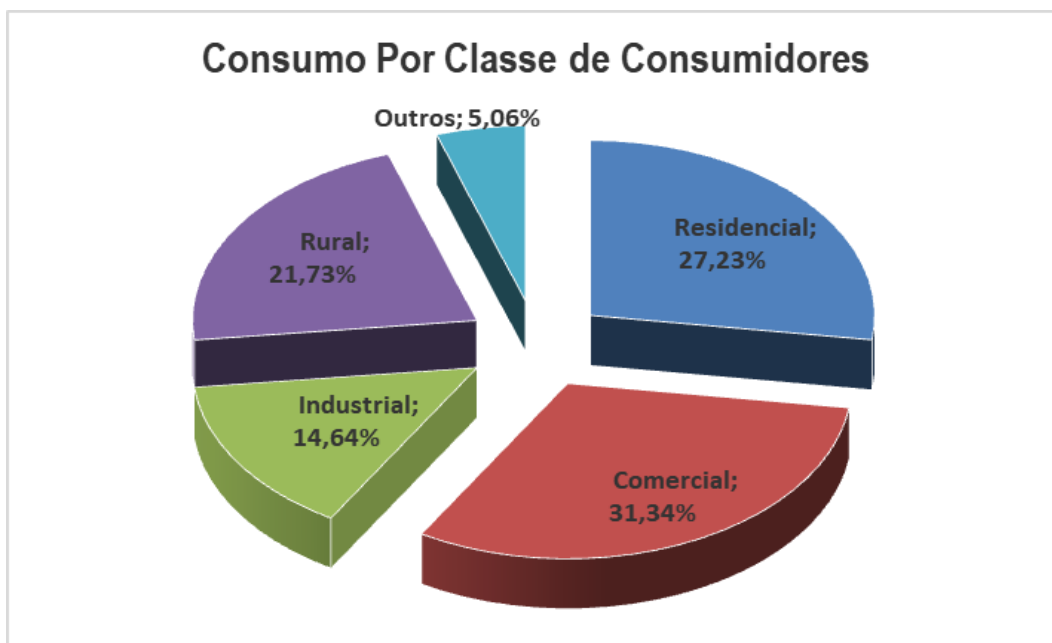
Mercado Atendido - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
Energia Faturada	26,09	23,44	24,40	27,21	31,08
Fornecimento	26,09	23,44	24,40	27,21	31,08
Residencial	4,69	4,85	5,94	6,16	6,29
Comercial	3,00	2,91	3,13	3,56	3,94
Industrial	10,26	6,88	6,56	7,14	9,49
Rural	7,17	7,78	7,77	9,22	9,77
Poderes Públicos	0,03	0,03	0,04	0,03	0,04
Iluminação Pública	0,73	0,78	0,78	0,77	0,76
Serviço Público	0,21	0,21	0,18	0,33	0,79
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	26,09	23,44	24,40	27,21	31,08
Varição	-24,12%	-10,16%	4,09%	11,52%	14,21%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou um aumento de 9,26% em 2018 para 2019.

Balço Energético

Energia Requerida - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
Venda de Energia	25,96	23,19	26,74	28,81	33,19
- Fornecimento	25,96	23,19	26,74	28,81	33,19
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	25,96	23,19	26,74	28,81	33,19
Perdas na Rede Básica					
Perdas na Distribuição	2,76	2,38	2,59	1,87	2,35
Perdas Técnicas					
Perdas não Técnicas - PNT					
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,0%
Perdas Totais - PT	2,76	2,38	2,59	1,87	2,35
PT / Energia Requerida %	10,64%	10,26%	9,68%	6,48%	7,08%
Total	28,72	25,57	29,33	30,68	35,54

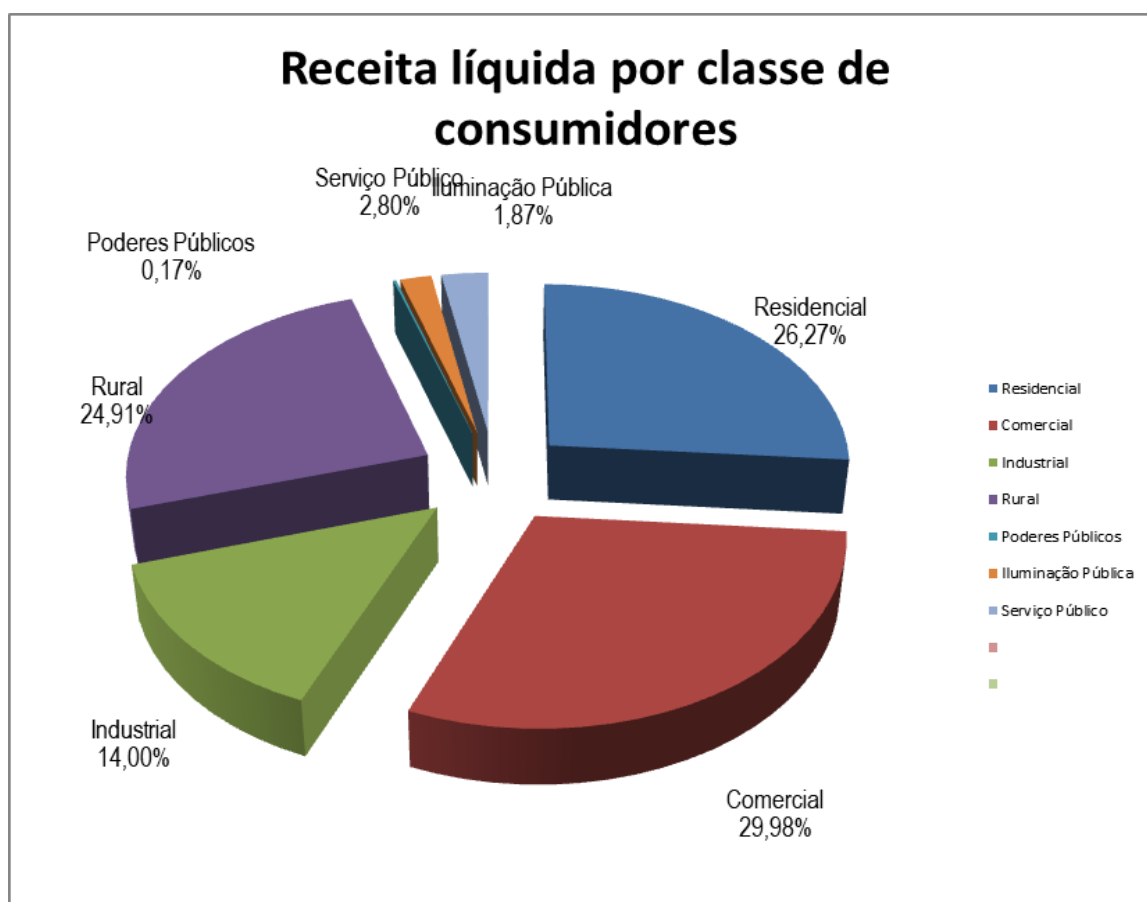




Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 16.115,40 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2019	2018	%
Residencial	4.233,35	3.766,77	12,39%
Comercial	4.831,24	1.908,59	153,13%
Industrial	2.256,70	3.846,65	-41,33%
Rural	4.014,39	3.745,28	7,19%
Outros	779,72	506,42	173,08%
Poderes Públicos	28,04	21,30	31,64%
Iluminação Pública	300,95	297,54	1,15%
Serviço Público	450,73	187,58	140,29%
Total	16.115,40	13.773,71	17,00%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2019 apresentou um crescimento de 1,99 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2019	2018	Var %
Residencial	3.426	3.358	2,03%
Comercial	135	135	0,00%
Industrial	38	37	2,70%
Rural	432	425	1,65%
Outros	20	17	37,50%
Poderes Públicos	11	8	37,50%
Iluminação Pública	3	3	0,00%
Serviço Público	6	6	0,00%
Total	4.051	3.972	1,99%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2019, atingiu R\$ 667,26, com aumento de 5,67% com relação a dezembro de 2018 que era de R\$ 631,46, por meio da Resolução ANEEL no de 2.617 de 24 / 09 / 2019.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MW/h
Residencial	667,26
Comercial	667,26
Industrial	667,26
Rural	507,13

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,21236	0,36403	0,54605	0,60672

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2015	19,40	12,32	20,11
2016	19,40	10,78	19,14
2017	15,42	8,86	17,48
2018	19,94	10,96	18,37
2019	12,23	8,42	20,21

Atendimento ao consumidor – Em harmonia com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Permissionária coloca à disposição dos seus consumidores, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial, e-mail ou telefone da empresa.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação no ano de 2019 foram:

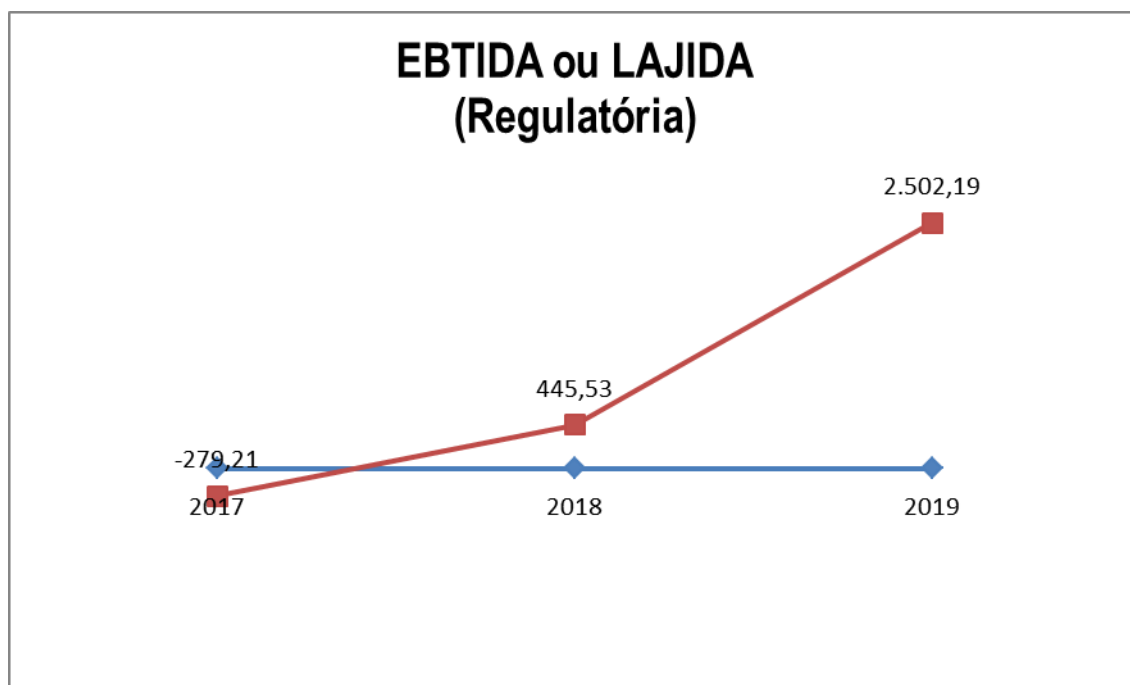
- Aquisição de 03 microcomputadores, sendo 01 para engenharia, 01 para compras e 01 para a presidência;
- Aquisição de 02 microcomputadores portáteis, sendo 01 para a presidência e 01 para engenharia;
- Aquisição de servidor para utilização no sistema WEB da empresa que fornece o software de gerenciamento das operações da permissionária;
- Aquisição de licença de software comercial para envio de SMS.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2019, as sobras líquidas foram de R\$ 1.514,65 mil, contra R\$ 154,62 mil em 2018, um aumento de 879,59%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 17.240,13 mil, enquanto em 2018 situou-se em R\$ 13.097,80 mil. Esse aumento de 31,63% resulta da evolução nas vendas para consumidores finais (cooperados e não cooperados) combinado com os efeitos do último reajuste tarifário para o ciclo 2019/2020 que foi de 10,00%.

As despesas operacionais totalizaram em 2019 R\$ 16.150,44 mil, 19,89% superiores em relação à 2018, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um crescimento de 100,00% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 4,74% contra (0,64)% em 2018.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 2.502,19 mil, superior em 80,93 a 2018, que foi de R\$ 445,53 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2019, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 1.598,55 mil, 255,30% superiores em relação à 2018. Conforme resposta da consulta a

Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD a empresa esta dispensada de apresentar informações referentes ao PDD em 2019, ficando dessa forma os quadros em branco abaixo:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2019				
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
AIS Bruto ¹	-	-	-	-	-	-	-	-
Transformador de Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-
Medidor	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

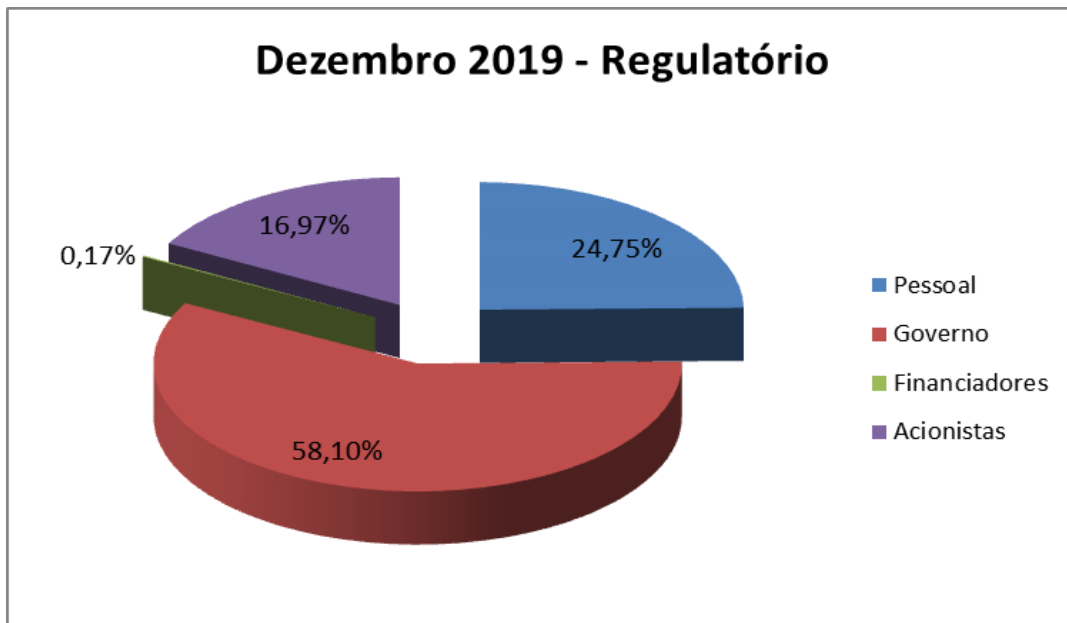
Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

Conforme resposta da consulta a Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD a empresa esta dispensada de apresentar informações referentes ao PDD em 2019, ficando dessa forma os quadros em branco abaixo:

R\$ Mil	2019R	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P
----------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Plano de Investimentos 2019	-	-	-	-	-	-
R\$ Mil	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P	2024P
Plano de Investimentos 2018	-	-	-	-	-	-
Diferença	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Valor adicionado regulatório: Em 2019, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 8.179,97 mil, representando 37,71% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

A Permissionária com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 10% para Fundo de Desenvolvimento e 5% para a RATES. Quanto aos resultados com Atos Cooperados e não cooperados, que apresentaram Perdas, foram absorvidas pelas Reserva Legal conforme previsto na Nota Técnica NBC T 10.8.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Permissionária era de R\$ 7.506,34 mil, composto por 7.506.341 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Gestão

Administração: A Permissionária tem procurado em todos os aspectos atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a

intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A Permissionária vem procurando adaptar-se às constantes e aceleradas mudanças no setor elétrico, assimilando e analisando as tendências de mercado bem como o contínuo gerenciamento de custos.

Os rumos da Permissionária vêm sendo administrados com certa parcimônia, isto, pelo cenário econômico que vem se descortinando no país, a qual certamente sinalizará algumas mudanças estratégicas na gestão visando a contínua qualidade na prestação de serviços aos consumidores e cooperados.

Gestão pela qualidade total: Em 2019, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade, principalmente no que tange às informações ao Órgão Regulador certificados pela ISO 9001 e 10002.

Recursos humanos: A Permissionária, a exemplo de anos anteriores, tem procurado promover constantemente a evolução e conhecimento de seus colaboradores através de cursos de aperfeiçoamento nas áreas técnica e administrativa como também incentivá-los à continuidade dos estudos escolares.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2019	2018	%
Atendimento			
Número de consumidores	4.149	4.054	2,34%
Número de empregados	33	28	17,86%
Número de consumidores por empregado	126	145	-13,16%
Número de localidades atendidas	6	6	0,00%
Número de agências	0	0	0,00%
Número de postos de atendimento	0	0	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	375,91	375,91	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	4	3	14,20%
Distribuição direta (GWh)	0	0	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	154,94	154,91	0,02%

Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	667,26	631,46	5,67%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	667,26	631,46	5,67%
Comercial	667,26	631,46	5,67%
Industrial	667,26	631,46	5,67%
Rural	507,13	442,03	14,73%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	12,23	19,94	-38,67%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	10,00	10,00	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	5	5	0,00%
FEC (número de interrupções)	8,42	10,96	-23,18%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	21,250	5,530	284,27%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	541,95	507,23	6,85%
Capacidade instalada (MW)	15,98	0,00	0,00%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	21.692,00	15.485,91	40,08%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	1.091,65	13.097,80	-91,67%
Margem operacional do serviço líquida (%)	1887,08%	18,23%	10249,88%
EBITDA OU LAJIDA	2.502,19	445,53	461,62%
Lucro líquido (R\$ mil)	1.514,65	154,62	879,60%
Lucro líquido por mil cotas	1.514,65	154,62	879,60%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	31.951,22	29.137,05	9,66%
Valor patrimonial por cota R\$	31.951,22	29.137,05	9,66%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	4,74%	0,53%	793,32%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	11,30%	117,74%	-90,40%
Em moeda nacional (%)	11,30%	117,74%	-90,40%
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionarios	4,10	3,85	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1,04	1,03	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	0,008	0,007	0,00%
Retorno de ativos por unidade	0,05	-0,01	0,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Porto Ferreira-SP, 30 de Abril de 2020

A Administração

10-Balanco Patrimonial Regulatório

10 Balanço Patrimonial Regulatório

CERVAM - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento
do Vale do Mogi

CNPJ no 55.188.502/0001-80

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Consolidado	
	2019	2018
Ativos		
Ativo Circulante	15.283,35	12.854,35
Caixa e equivalentes de caixa	10.578,40	10.187,12
Consumidores	2.377,26	2.052,44
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	29,21
Tributos compensáveis	927,94	390,95
Depósitos judiciais e cauções	12,00	-
Almoxarifado operacional	212,81	189,42
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	444,43	-
Despesas pagas antecipadamente	22,05	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	708,46	5,21
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	20.278,16	19.811,74
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	74,19	33,62
Depósitos judiciais e cauções	-	67,42
Investimentos temporários	-	-

Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	186,83	139,41
Imobilizado	20.001,82	19.559,23
Intangível	15,32	12,06

Total do ativo	35.561,51	32.666,09
-----------------------	------------------	------------------

Passivo

Passivo Circulante	3.467,68	1.433,79
Fornecedores	1.016,59	719,66
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	273,37	251,35
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	476,95	323,31
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	265,69	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	479,87	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	383,41	-
Outros passivos circulantes	571,80	139,47
	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	142,61	2.095,26
Fornecedores	-	454,91
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-

Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	142,61	1.640,35

Total do passivo	3.610,29	3.529,05
-------------------------	-----------------	-----------------

Patrimônio líquido	31.951,22	29.137,04
Capital social	7.506,34	6.185,02
Reservas de capital	(678,11)	-
Outros resultados abrangentes	9.011,43	15.542,06
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	8.232,45	7.409,96
Sobras à disposição da Assembleia	7.879,11	-
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	31.951,22	29.137,04
------------------------------------	------------------	------------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	35.561,51	32.666,09
---	------------------	------------------

11 - Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória

11 Demonstração do Resultado do Exercício Regulatória

CERVAM - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi

CNPJ no 55.188.502/0001-80

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2019	2018
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	21.692,00	15.485,91
Fornecimento de energia elétrica	10.123,59	15.439,50
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	9.408,48	-
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(216,76)	-
Serviços cobráveis	37,27	46,41
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	2.339,42	-
Outras receitas	-	-
Tributos	(2.985,72)	(2.388,11)
ICMS	(2.705,13)	(2.169,40)
PIS-PASEP	(49,97)	(38,95)
Cofins	(230,62)	(179,76)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.466,15)	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-

Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(971,94)	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(31,31)	-
Outros encargos	(462,90)	-

Receita líquida / Ingresso líquido	17.240,13	13.097,80
---	------------------	------------------

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(9.591,05)	(9.000,22)
Energia elétrica comprada para revenda	(9.591,05)	(9.000,22)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	7.649,08	4.097,58
--	-----------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(6.557,43)	(4.350,95)
Pessoal e administradores	(3.039,16)	(2.336,91)
Material	(412,63)	(294,06)
Serviços de terceiros	(985,21)	(801,62)
Arrendamento e aluguéis	(15,07)	(256,63)
Seguros	(108,73)	(37,27)
Doações, contribuições e subvenções	(41,34)	(33,05)
Provisões	(437,63)	84,50
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	49,18	38,72
Tributos	(38,63)	(24,41)
Depreciação e amortização	(1.410,54)	(614,40)

Gastos diversos	(119,63)	(195,30)
Outras Receitas Operacionais	211,77	287,66
Outras Despesas Operacionais	(209,81)	(168,18)
Resultado da Atividade	1.091,65	(253,37)
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	743,35	407,99
Despesas financeiras	(89,22)	(155,00)
Receitas financeiras	832,57	562,99
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	1.835,00	154,62
Despesa com impostos sobre os lucros	(320,35)	-
Resultado líquido das operações em continuidade	1.514,65	154,62
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	0,20	0,02
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,20	0,02
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2019	2018
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

12- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatória

12 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Regulatória

CERVAM - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi

CNPJ no 55.188.502/0001-80

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.234,68	-	5.694,84	3.496,12	-	-	-	-	13.425,64
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1.950,34	-	-	-	-	-	(342,29)	-	1.608,05
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	9.847,22	-	-	-	-	-	9.847,22
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	(1.093,78)	-	928,03	(45,63)	-	(211,38)
FATES	-	-	-	-	-	4.075,69	433,55	-	4.509,24

Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RATES	-	-	-	(1.105,15)	-	-	-	-	(1.105,15)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	(1.297,19)	-	2.406,24	(45,63)	-	1.063,42
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.185,02	-	15.542,06	-	-	7.409,96	(0,00)	-	29.137,04
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1.321,32	-	-	-	-	-	(1.370,26)	-	(48,94)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	555,35	-	1.637,40	-	2.192,75
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS	-	(678,10)	(835,79)	-	-	-	678,10	-	(835,79)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	(5.694,84)	-	-	(6,91)	7.207,92	-	1.506,17
FATES	-	-	-	-	(555,35)	646,70	(91,35)	-	0,00
RATES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	182,70	(182,70)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.506,34	(678,10)	9.011,43	-	-	8.232,45	7.879,11	-	31.951,23

13-Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório

13 Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório

CERVAM - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento do Vale do Mogi
CNPJ no 55.188.502/0001-80
Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e
2018

(Valores expressos em milhares de reais)
(Método Direto)

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	972,96	237,62
Fornecimento de Energia	19.128,52	15.558,80
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	1.722,44	-
Outros Recebimentos Operacionais	282,00	274,10
Fornecedores - Materiais e Serviços	(1.978,80)	(1.445,71)
Fornecedores - Energia Elétrica	(9.817,15)	(8.765,35)
Salários e Encargos Sociais	(1.712,68)	(1.358,72)
Tributos sobre a Receita - Federais	(1.885,24)	(1.073,46)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(2.661,01)	(2.111,55)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(265,00)	(7,88)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(1.026,99)	-
Outras Despesas Operacionais	(813,13)	(832,60)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(581,68)	5.459,43
Aquisição de Participações Societárias	(1,30)	(0,02)
Aportes / Aumento / Devolução de Capital	(122,29)	5.206,74
Investimentos	-	-
Imobilizado	(1.100,49)	(114,69)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	642,40	367,40
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	391,28	5.697,06
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-

Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	391,28	5.697,06
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	391,28	5.697,06
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	391,28	5.697,05
No início do exercício	10.187,12	4.490,07
No fim do exercício	10.578,40	10.187,12

14 - Notas Explicativas Regulatórias

14 Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais

ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o

fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores

livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou

divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 20 a 34, exceto quanto ao que **se estabelece abaixo:**

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por

sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social .

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

D E S C R I Ç Ã O	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2019	Total 2018
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	2.005,61	-	255,08	1,97	11,41	445,11	(475,25)	115,33	-	-	-	(37,18)	2.322,08	1.942,65
Residencial	448,07	-	131,51	1,83	10,54	22,25	(42,59)	23,61	-	-	-	(5,63)	589,59	512,53
Industrial	210,10	-	49,08	-	-	385,44	(385,44)	70,46	-	-	-	(20,99)	308,65	844,51
Comercial	264,26	-	20,24	0,14	0,13	19,58	(19,71)	15,02	-	-	-	(10,56)	289,10	249,11
Rural	246,29	-	53,94	-	0,74	17,78	(17,78)	6,24	-	-	-	-	307,21	266,68
Poderes Públicos	3,79	-	0,31	-	-	0,06	(0,06)	-	-	-	-	-	4,10	2,76
Iluminação Pública	31,52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31,52	29,81
Serviço Público	50,73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,73	36,22
Serviço Taxado	8,76	-	-	-	-	-	(9,67)	-	-	-	-	-	(0,91)	6,53
Fornecimento Não Faturado	742,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	742,09	-
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5,50)
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,03	0,03

Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.005,64	-	255,08	1,97	11,41	445,11	(475,25)	115,33	-	-	-	(37,18)	2.322,11	1.942,68

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2019 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores a reserva" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Liquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Liquido em 31/12/2019	Valor Liquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Liquidadas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	34.266,29	1.513,22	(548,56)	-	(570,06)	34.660,89	964,66	(16.512,21)	18.148,68	18.359,86	-	-	-
Terrenos	357,00	8,42	-	-	-	365,42	8,42	-	365,42	357,00	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	499,66	-	-	-	-	499,66	-	(175,89)	323,77	340,41	-	-	-
Máquinas e equipamentos	32.497,75	1.038,55	(453,87)	-	(570,06)	32.512,37	584,68	(15.531,90)	16.980,47	17.549,62	-	-	-
Veículos	850,89	466,25	(94,69)	-	-	1.222,45	371,56	(755,38)	467,07	98,21	-	-	-
Móveis e utensílios	60,99	-	-	-	-	60,99	-	(49,04)	11,95	14,62	-	-	-
Administração	1.231,78	77,44	-	-	-	1.309,22	77,44	(735,07)	574,15	555,66	-	-	-
Terrenos	252,25	-	-	-	-	252,25	-	-	252,25	252,25	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	440,69	-	-	-	-	440,69	-	(331,36)	109,33	124,00	-	-	-
Máquinas e equipamentos	331,14	77,44	-	-	-	408,58	77,44	(246,67)	161,91	119,50	-	-	-
Veículos	95,35	-	-	-	-	95,35	-	(55,60)	39,75	47,79	-	-	-
Móveis e utensílios	112,35	-	-	-	-	112,35	-	(101,44)	10,91	12,12	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	35.498,07	1.590,66	(548,56)	-	(570,06)	35.970,11	1.042,10	(17.247,28)	18.722,83	18.915,52	-	-	-

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	643,71	2.102,19	-	(1.513,21)	-	1.232,69	588,98	-	1.232,69	643,71	-	-	-
Máquinas e equipamentos	23,32	1.020,26	-	(1.038,54)	-	5,04	(18,28)	-	5,04	23,32	-	-	-
Outros	620,39	1.081,93	-	(474,67)	-	1.227,65	607,26	-	1.227,65	620,39	-	-	-
Administração	-	123,72	-	(77,43)	-	46,29	46,29	-	46,29	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	123,72	-	(77,43)	-	46,29	46,29	-	46,29	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	643,71	2.225,91	-	(1.590,64)	-	1.278,98	635,27	-	1.278,98	643,71	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	36.141,78	3.816,57	(548,56)	(1.590,64)	(570,06)	37.249,09	1.677,37	(17.247,28)	20.001,81	19.559,23	-	-	-

A composição do intangível é como segue :

[TAB 21]

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	137,03	-	-	-	-	137,03	-	(131,69)	5,34	7,34
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	137,03	-	-	-	-	137,03	-	(131,69)	5,34	7,34

Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	111,91	7,90	-	-	-	119,81	7,90	(109,83)	9,98	4,73
Softwares	111,91	7,90	-	-	-	119,81	7,90	(109,83)	9,98	4,73
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	248,94	7,90	-	-	-	256,84	7,90	(241,52)	15,32	12,07
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	7,90	-	(7,90)	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	7,90	-	(7,90)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Comercialização	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	7,90	-	(7,90)	-	-	-

Total do Ativo Intangível	248,94	15,80	-	(7,90)	-	256,84	7,90	(241,52)	15,32	12,07
----------------------------------	---------------	--------------	---	---------------	---	---------------	-------------	-----------------	--------------	--------------

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencia (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	32.497,75	1.038,55	(453,87)	-	(570,06)	32.512,37	584,68
Transformador de Distribuição	104,31	126,02	(41,39)	-	(61,67)	127,27	84,63
Medidor	50,42	93,45	(29,89)	-	(44,53)	69,45	63,56
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	32.343,02	819,08	(382,59)	-	(463,86)	32.315,65	436,49
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-

Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos		-		-		-	
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	-	-	-	-	-	-	-
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2019			2018	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-

Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	6,48	34.660,89	(16.512,21)	18.148,68	18.359,86
Custo histórico	3,25	17.127,16	(7.989,91)	9.137,25	8.512,64
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	3,23	17.533,73	(8.522,30)	9.011,43	9.847,22
Administração	3,75	1.309,22	(735,07)	574,15	555,66
Custo histórico	3,75	1.309,22	(735,07)	574,15	555,66
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	1.278,98	-	1.278,98	643,71
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	1.232,69	-	1.232,69	643,71

Administração	-	46,29	-	46,29	
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	8,42	-	-	-	-	-	8,42
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	958,82	47,96	109,21	-	-	-	1.115,99
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	466,25	-	-	-	-	-	466,25
Total das Adições	1.433,49	47,96	109,21	-	-	-	1.590,66

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes:

Distribuição

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35

Administração Central

Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Geração Fotovoltaica	188,25
2 - Caminhão Volkswagen-DSS-4970	171,84
3 - Chevrolet Montana-BYC-9110	48,33
4 - Chevrolet Montana-DSC-8669	48,33
5 - Substituição de Equipamento Regulador de Tensão	47,51
6 - Servidor Dell Poweredge R540	35,90
7 - Modem Telemetria	31,94
8 - Melhoria de Rede ref a Mudança de Traçado	16,86
9 - Instalação de 01 Transformador de 45 KVA	14,95

10 - Equipamento de Informatica - 02 Notebooks	14,71
--	-------

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - Baixa Veiculo FGF-8502	27,08
2- Furto Regulador de Tensão	23,49
3 - Retirada Rede Fazenda Santa Rosa	13,73
4 - Substituição de Regulador de Tensão	9,51
5 - Retirada Rede Ramal Fazendinha	4,19
6 - Desativação de Rede Osmar J. Giacon	4,16
7 - Desativação de Rede José Lopes dos Santos	2,16
8 - Troca de Poste Usina Ferrari	1,63
9 - Retirada Chave a Óleo - Cabine São Manoel	1,45
10 - Troca de Poste Usina Abengoa	1,13

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERVAM não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2018.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

A CERVAM, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Esta Permissionária teve seu primeiro reajuste tarifário no mês de setembro de 2019 respaldado pela publicação da Resolução Homologatória ANEEL No. 2.617 de 24 de setembro de 2019, sem diferimento de tarifas.

Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10% percebido pelos cooperados e consumidores.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	-	561,90	(146,24)	0,12	28,65	444,43	210,87	233,56	444,43	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	3,36	-	0,12	(3,48)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	558,54	(146,24)	-	32,13	444,43	210,87	233,56	444,43	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	-	561,90	(146,24)	0,12	28,65	444,43	210,87	233,56	444,43	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transferecias	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	-	386,23	(16,22)	35,94	73,91	479,86	32,41	447,45	479,86	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	-	365,46	(15,84)	35,94	(133,79)	251,77	31,65	220,12	251,77	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	20,77	(0,38)	-	207,70	228,09	0,76	227,33	228,09	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	-	386,23	(16,22)	35,94	73,91	479,86	32,41	447,45	479,86	-

7. Empréstimos e Financiamentos

A CERVAM não possui endividamento financeiro no exercício de 2019.

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo								
																2020	2021	2022	2023	2024	2025 +	Total		
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-	
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-	
Linha 01 (informar)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira Financ. / Emprést. Moeda Nacional Tributária Fundo de Pensão Intra-setoriais Mútuos (Empresas Relacio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Inicio	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2019	Total 2018
Dívida Bruta	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-

Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(10.578,40)	-	(10.578,40)	(10.187,12)
Alta Liquidez	-	(10.578,40)	-	(10.578,40)	(10.187,12)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	(10.578,40)	-	(10.578,40)	(10.187,12)

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERVAM não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2018 e 2019.

9. Provisões para Litígios

A CERVAM não possui provisões para litígios nos exercícios 2018 e 2019.

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Cíveis	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2018	-	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	-	-	-	-	-
Baixas/reversão	-	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	-	-	-	-	-	-	-

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	0,00%	(142,62)	-	-	(142,62)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	(56,62)	-	-	(56,62)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	(86,00)	-	-	(86,00)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00%	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-

Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	0,00%	(142,62)	-	-	(142,62)

Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(1.640,36)	-	-	1.497,74	-	(142,62)	1.497,74	-	(142,62)	(1.640,36)

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (a)	Baixas (b)	Transferecias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Liquidadas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Em Curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	(8,49)	-	8,49	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

A permissionária não teve adições de obrigações especiais no exercício.

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

A permissionária não teve baixas de obrigações especiais no exercício.

Obrigações especiais controladas por data de aquisição:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor	(56,62)	-	(56,62)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(56,62)	-	(56,62)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(86,00)	-	(86,00)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(77,58)	-	(77,58)
Data de aquisição: 11/2019	(8,42)	-	(8,42)
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento			
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda			
Excedente de reativos			
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(142,62)	-	(142,62)

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 representa R\$ 7.506,34 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	Números de ações em milhares						
	%	Prferenciais			Total	%	
Cotas		%	B	%			
Cotistas	%	Cotas	%	B	%	Total	%

Henrique Ribaldo Filho	0,02%	1.745	-	-	1.744,55	-
Adão Carlos Rogatto	0,01%	1.032	-	-	1.031,57	-
Délio de Lima	0,00%	278	-	-	278,34	-
Valentin José Mendonça	0,05%	3.412	-	-	3.412,04	-
João Oswaldo Perusso	0,01%	865	-	-	864,92	-
João Paulo Michelin	0,16%	11.966	-	-	11.965,73	-
José dos Santos Filho	0,02%	1.431	-	-	1.430,75	-
Paulo Saturnino Cechinatto	0,05%	3.586	-	-	3.586,41	-
Silvio José Rochetti	0,00%	312	-	-	311,61	-
Vitor Jordão	0,04%	2.730	-	-	2.730,33	-
Walter José Borelli	0,10%	7.692	-	-	7.692,07	-
Demais Cooperados (nº de 639)	99,53%	7.471.293	-	-	7.471.292,68	-
Total	100,00	7.506.341	-	-	7.506.340,27	-

Reservas de Capital

	2019	2018
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	-678,10	0,00
Total	-678,10	0,00

Outros Resultados Abrangentes

	2019	2018
Ajustes de Elementos do Ativo - Reservas de Reavaliação	9.011,43	15.542,06
Total	9.011,43	15.542,06

Reservas de Sobras

	2019	2018
Reserva legal	1.110,73	928,03
Lucros a realizar	0,00	0,00
FATES	4.532,78	4.075,69
Reservas Estatutárias	2.588,94	2.406,24
Total	8.232,45	7.409,96

Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia

	2019	2018
Capital Social	7.506,34	6.185,02
Sobras	7.879,11	0,00
Efeitos IFRS	0,00	0,00
(-) Perdas	0,00	0,00
Total	15.385,45	6.185,02

Patrimônio Líquido **31.951,23** **29.137,04**

Com base na legislação Cooperativista, a reserva legal é constituída à razão de 10% com base nas sobras verificadas da operação com cooperados no exercício assim como a Reserva para Fundo de Desenvolvimento de 10%.

A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES), é constituída à razão de 5% com base nas sobras verificadas da operação com cooperados no exercício, é constituída também da parcela do lucro apurado com não cooperados no exercício.

A Permissionária no ano calendário de 2019, apresentou sobras com cooperados e lucros com não cooperados.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fornecimento - Faturado	4.051	3.972	31.085,22	27.205,88	18.789,98	15.439,51
Residencial	3.426	3.358	6.291,44	6.160,04	5.104,37	4.191,94
Industrial	38	37	9.490,32	7.142,29	5.891,75	4.594,93
Comercial	135	135	3.940,14	3.559,46	2.758,65	2.286,82
Rural	432	425	9.772,81	9.218,09	4.084,47	3.808,45
Poder público	11	8	42,30	33,45	34,06	22,80
Iluminação pública	3	3	759,14	765,15	367,01	314,99
Serviço público	6	6	789,07	327,40	549,67	219,58
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	9.408,48	0,00
Consumidores Cativos	-	-	-	-	9.408,48	-
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	0,00	0,00

(-) Transferências	-	-	-	-	-9.408,48	0,00
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	-9.408,48	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	742,09	0,00
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	-216,76	-
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	37,27	46,41
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	2.339,42	-
Total	4.051,14	3.972	31.085,22	27.205,88	21.692,00	15.485,92

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

Nos exercícios de 2018 e 2019, a Permissionária não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

14. Pessoal e Administradores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pessoal	2.621,38	1.927,82
Remuneração	1.628,04	1.239,35
Encargos	612,25	461,44
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	10,99	(8,15)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	51,90	43,88
Outros benefícios - Corrente	304,27	183,66

Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	13,93	7,64
Administradores	417,79	409,10
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	417,79	409,10
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	3.039,17	2.336,92

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	1.834,99	154,62
Ajustes Efeitos IFRS	678,11	-
Lucro Ajustado	2.513,10	154,62
Ajustes Lalur	(1.637,41)	(154,62)
Base de Calculo Fiscal	875,69	-
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(320,35)	-
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(320,35)	-

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17.1. Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2019, nossa Permissionária ainda não teve sua primeira Revisão Tarifária Periódica. Conforme determinação do Órgão Regulador na Resolução Homologatória nº 2.493 de 11 de dezembro de 2018, tivemos nossas tarifas iniciais homologadas pela ANEEL.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme Legislação Setorial.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.617, de 24 de setembro de 2019, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Permissionária resultantes do processo de reajuste tarifário de 2019, cujo reajuste correspondeu a um efeito médio de 10,00% percebido pelos consumidores. Conforme explicado no item 13.1. Revisão Tarifária Periódica, essas tarifas não foram alteradas nos próximos meses do ano de 2019.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	31.401,63
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	975,52
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	30.426,11
(6) Depreciação Acumulada	14.671,03
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almojarifado em Operação	94,20
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	16.824,81
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,00%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	1.217,04
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	634,29

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.635,28
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	408,82
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	408,82
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	817,64
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	22,36
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	66,11
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	169,68
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	258,15

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Ultimo IRT R\$	Receita Verificada	Reajuste	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	8.310,49	8.963,35	11.773,13	37,14%	108,52%	64,00%
1.1. Encargos Setoriais	1.168,67	1.263,71	1.720,38	22,13%	40,75%	9,35%
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	32,61	34,41	28,70	5,51%	-16,59%	0,16%
CDE	922,74	997,91	1.427,14	8,15%	43,01%	7,76%
PROINFA	213,32	231,39	264,54	8,47%	14,33%	1,44%
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	1.679,35	1.795,62	2.515,75	6,92%	40,10%	13,68%
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	1.679,35	1.795,62	2.515,75	6,92%	40,10%	13,68%
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	5.462,47	5.904,03	7.537,01	8,08%	27,66%	40,97%
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	5.462,47	5.904,03	7.537,01	8,08%	27,66%	40,97%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	6.413,22	6.768,48	6.621,18	5,54%	-2,18%	36,00%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	6.413,22	6.768,48	6.621,18	5,54%	-2,18%	36,00%
3. Reposicionamento Econômico	-		16,92%			
4. Componentes Financeiros	-		-9,86%			
5. Reposicionamento com Financeiros	-		7,06%			
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-		1,43%			
7. Efeito para Consumidor	-		10,00%			

ITENS	VALOR
Operação/Manutenção/Administração	3.960,16
Investimentos/Reservas/Outras receitas	2.661,03
	6.621,18
PARCELA B CONSIDERADA	6.621,18

15 - Notas Conciliatórias Societária X Regulatória

15 Notas Conciliatórias Societária X Regulatória

Continuação das notas explicativas com destaque para a conciliação entre Regulatória e Societária.

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Ativos							
Ativo circulante		15.283,35	-	15.283,35	12.854,35	-	12.854,35
Caixa e equivalentes de caixa		10.578,40	-	10.578,40	10.187,12	-	10.187,12
Consumidores	14.1	2.377,26	-	2.377,26	2.052,44	-	2.052,44
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	29,21	-	29,21
Tributos compensáveis		927,94	-	927,94	390,95	-	390,95
Depósitos judiciais e cauções		12,00	-	12,00	-	-	-
Almoxarifado operacional		212,81	-	212,81	189,42	-	189,42
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	444,43	-	444,43	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		22,05	-	22,05	-	-	-
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		708,46	-	708,46	5,21	-	5,21
Ativo não circulante		20.278,16	(9.011,43)	11.266,73	19.811,74	(9.847,21)	9.964,53
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		74,19	-	74,19	33,62	-	33,62
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	67,42	-	67,42
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-

Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	7,76	7,76	-	16,64	16,64
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		186,83	-	186,83	139,41	-	139,41
Imobilizado	14.4	20.001,82	(18.259,45)	1.742,37	19.559,23	(18.193,32)	1.365,91
Intangível	14.5	15,32	9.240,26	9.255,58	12,06	8.329,47	8.341,53
Total do ativo		35.561,51	(9.011,43)	26.550,08	32.666,09	(9.847,21)	22.818,88

Passivo							
Passivo circulante		3.467,68	-	3.467,68	1.433,79	-	1.433,79
Fornecedores		1.016,59	-	1.016,59	719,66	-	719,66
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		273,37	-	273,37	251,35	-	251,35
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		476,95	-	476,95	323,31	-	323,31
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		265,69	-	265,69	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	479,87	-	479,87	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		383,41	-	383,41	-	-	-
Outros passivos circulantes		571,80	-	571,80	139,47	-	139,47
Passivo não circulante		142,61	-	142,61	2.095,26	-	2.095,26
Fornecedores		-	-	-	454,91	-	454,91
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-

Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		142,61	-	142,61	1.640,35	-	1.640,35
Total do passivo		3.610,29	-	3.610,29	3.529,05	-	3.529,05

Patrimônio líquido							
Capital social		7.506,34	-	7.506,34	6.185,02	-	6.185,02
Reservas de capital		(678,11)	678,11	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		9.011,43	(9.011,43)	-	15.542,06	(9.847,21)	5.694,85
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		8.232,45	-	8.232,45	7.409,96	-	7.409,96
Sobras à disposição da Assembleia		7.879,11	(678,11)	7.201,00	-	-	-
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		31.951,22	(9.011,43)	22.939,79	29.137,04	(9.847,21)	19.289,83
Total do passivo e do patrimônio líquido		35.561,51	(9.011,43)	26.550,08	32.666,09	(9.847,21)	22.818,88

	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		21.692,00	635,28	22.327,28	15.485,91	643,71	16.129,62
Fornecimento de energia elétrica		10.123,59	-	10.123,59	15.439,50	-	15.439,50
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		9.408,48	-	9.408,48	-	-	-
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(216,76)	-	(216,76)	-	-	-
Serviços cobráveis		37,27	-	37,27	46,41	-	46,41
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		2.339,42	-	2.339,42	-	-	-
Outras receitas vinculadas		-	635,28	635,28	-	643,71	643,71
Tributos		(2.985,72)	-	(2.985,72)	(2.388,11)	-	(2.388,11)
ICMS		(2.705,13)	-	(2.705,13)	(2.169,40)	-	(2.169,40)
PIS-PASEP		(49,97)	-	(49,97)	(38,95)	-	(38,95)

Cofins	(230,62)	-	(230,62)	(179,76)	-	(179,76)
ISS	-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	(1.466,15)	-	(1.466,15)	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(971,94)	-	(971,94)	-	-	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	(31,31)	-	(31,31)	-	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-	-
Outros encargos	(462,90)	-	(462,90)	-	-	-
Receita líquida / Ingresso líquido	17.240,13	635,28	17.875,41	13.097,80	643,71	13.741,51
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(9.591,05)	-	(9.591,05)	(9.000,22)	-	(9.000,22)
Energia elétrica comprada para revenda	(9.404,75)	-	(9.404,75)	(9.000,22)	-	(9.000,22)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	(186,30)	-	(186,30)	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	7.649,08	635,28	8.284,36	4.097,58	643,71	4.741,29
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(6.557,43)	42,82	(6.514,61)	(4.350,95)	(643,71)	(4.994,66)
Pessoal e administradores (inclui 417,79 de remuneração a administradores)	(3.039,16)	-	(3.039,16)	(2.336,91)	-	(2.336,91)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	(412,63)	-	(412,63)	(294,06)	-	(294,06)
Serviços de terceiros	(985,21)	-	(985,21)	(801,62)	-	(801,62)
Arrendamento e aluguéis	(15,07)	-	(15,07)	(256,63)	-	(256,63)
Seguros	(108,73)	-	(108,73)	(37,27)	-	(37,27)
Doações, contribuições e subvenções	(41,34)	-	(41,34)	(33,05)	-	(33,05)
Provisões	(437,63)	-	(437,63)	84,50	-	84,50
Recuperação de despesas	49,18	-	49,18	38,72	-	38,72
Tributos	(38,63)	-	(38,63)	(24,41)	-	(24,41)
Depreciação e amortização	(1.410,54)	678,10	(732,44)	(614,40)	-	(614,40)
Gastos diversos da atividade vinculada	(119,63)	(635,28)	(754,91)	(195,30)	(643,71)	(839,01)
Outras Receitas Operacionais	211,77	-	211,77	287,66	-	287,66
Outras Gastos Operacionais	(209,81)	-	(209,81)	(168,18)	-	(168,18)
Resultado da Atividade	1.091,65	678,10	1.769,75	(253,37)	-	(253,37)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	743,35	-	743,35	407,99	-	407,99

Despesas financeiras	(89,22)	-	(89,22)	(155,00)	-	(155,00)
Receitas financeiras	832,57	-	832,57	562,99	-	562,99
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	1.835,00	678,10	2.513,10	154,62	-	154,62
Despesa com impostos sobre os lucros	(320,35)	-	(320,35)	-	-	-
Resultado líquido das operações em continuidade	1.514,65	678,10	2.192,75	154,62	-	154,62
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	1.514,65	678,10	2.192,75	154,62	(0,00)	154,62
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
Lucro por ação						
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,20	0,09	0,29	0,02	-	0,02
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-

Nas notas 14.1, 14.2 e 14.3 do balanço patrimonial não ocorreram ajustes entre a contabilidade regulatória e societária nos exercícios de 2018 e 2019. Nas notas 14.4 e 14.5 ocorrem ajustes devido ao ativo imobilizado que na contabilidade societária possui a tratativa de ativo financeiro da concessão e intangível.

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não

são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação das tarifas, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação das tarifas, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2019	2018
Saldos no final do exercício (societário)	22.939,80	19.289,83
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	9.011,43	9.847,22
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	17.533,73	18.103,79
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(8.522,30)	(8.256,57)
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-
Sobras / Perdas à Disposição da Assembléia	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício (regulatório)	31.951,23	29.137,05

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	2.192,75	154,62
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(678,10)	-
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(678,10)	-
Anulação Não Operacional	-	-
Fornecimento - Diferimento Ou Devolução Tarifária	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	1.514,65	154,62

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2018 e 2019, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19.1. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERVAM;
- b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERVAM;
- c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Em 2019 os efeitos deste decreto trouxeram impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

19.2. Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2019 a CERVAM contabilizou 7,08% de Perdas (Técnicas mais não Técnicas).

Durante o ano de 2020, a CERVAM continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

20. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrante destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 20/02/2020 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

Henrique Ribaldo Filho
Presidente

Vitor Hugo Delsin
Gerente

Mario Lopes Junior
Contabilista

16 - Parecer do Conselho Fiscal



COOPERATIVA DE ENERGIZAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO MOGI
Rodovia SP 215 Km 96,7 - Caixa Postal 505 - Porto Ferreira - SP - Cep: 13.660-970
CNPJ: 55.188.502/0001-80 - INCR.EST: 555.003.098.112
e-mail: cervam@cervam.com.br
Fone/Fax: (0XX19) 3589.3300 - Comercial
Teleatendimento: 0800.161561 - 24 Horas

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Energização e de Desenvolvimento do Vale do Mogi, no desempenho de suas atribuições legais, tendo examinado as demonstrações financeiras abaixo citadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

- 1 – Balanço Patrimonial;
- 2 – Demonstração de Sobras ou Perdas;
- 3 – Demonstração das Sobras ou Perdas Acumuladas;
- 4 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Expressam a opinião que os mesmos traduzem a real situação econômica, financeira e patrimonial desta empresa, sendo assim, recomendam sua aprovação pelos senhores associados em Assembléia Geral Ordinária.

Porto Ferreira, 20 de fevereiro de 2020


VALENTIN JOSÉ MENDONÇA


VITOR JORDÃO


DÉLIO DE LIMA

17 - Parecer dos Auditores Independentes Regulatório

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

À

Diretoria e Cooperados da

Cooperativa de Energização e de Desenvolvimento do Vale do Mogi – “CERVAM”

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Cooperativa de Energização e de Desenvolvimento do Vale do Mogi – “CERVAM”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Energização e de Desenvolvimento do Vale do Mogi – “CERVAM”** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

1

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis regulatórias da CERVAM em 31 de dezembro de 2018, não foram por nós auditadas.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já

que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificadas durante nossos trabalhos e que foram corrigidas.

Campinas, 11 de fevereiro de 2020.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

HELIO ALBIERI

Contador CRC 1 SP 119551 /O - 8